



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2018

----- Aos quinze dias do mês de junho de 2018, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -

- **1. Apreciação da Atividade Municipal;** -----
- **2. Propostas da 15.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens;** -----
- **3. 1ª Revisão ao Orçamento de 2018 e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos, ano 2018;** -----
- **4. Regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança.** -----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Fernando José Mestre Patrício, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, João Filipe Paulo Pólvora, Andredina Gomes Cardoso, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Bertina Pereira João Duarte e Faustino Marques; -----

----- Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves; -----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - João Carlos Guimarães Rodrigues; -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra. -----

----- Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e a Substituta do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Liliana Filipa Alves Martins. -----

----- Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças e uma ausência do Deputado Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro por motivos de ordem familiar, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas e sete minutos. -----

----- Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto e Francisco José Pereira Luís. -----
----- Justificou as ausências da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e do Vereador Carlos Manuel Vicente Silva por razões de ordem familiar. -----
----- Cumprimentou ainda os Deputados e Deputadas da Assembleia, os Professores, os Jovens da Assembleia Municipal de Jovens bem como o público presente, a comunicação social e ainda as funcionárias da Unidade de Apoio da AMS. -----
----- Informou em seguida que a Deputada Luísa Margarida Cagica Carvalho comunicara que por razões de saúde não podia comparecer estando presente em sua substituição, o Deputado Municipal Faustino Marques. -----
----- A Presidente da AMS passou a apresentar as suas desculpas, em primeiro lugar ao Presidente da Câmara e Vereadores, ao público presente pelo atraso de sensivelmente uma hora, passando a explicar as razões pelas quais tal acontecera. -----
----- A existência de uma questão muito concreta e clara para resolver, que não foi possível e durante o dia pelo facto dos membros da Assembleia Municipal terem as suas atividades profissionais e houvera necessidade de ser feito um acordo relativamente a determinado assunto que estava integrado nesta sessão ordinária, que correspondia ao mês de junho, mês em que havia um ponto obrigatório nestas reuniões denominado de Atividade Municipal. Referiu que se tratava de um ponto nobre e primordial de uma Assembleia Municipal em ter conhecimento da actividade desenvolvida pela Câmara Municipal num determinado período. Para esta matéria seriam necessárias duas horas a que acresceria o PAOD (Período de “Antes da Ordem do Dia”), no qual estavam inseridos 18 documentos, que a juntar à restante ordem de trabalhos, tornaria esta sessão bastante extensa. Como esta situação não seria funcional, foi acordado previamente que seriam integrados apenas 2 documentos no PAOD: o Voto de Pesar pelo falecimento de António Arnaut e uma Saudação à 15ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens. Porém, o Grupo Municipal do Partido Socialista inseriu mais uma Recomendação, a qual não merecera *à priori* a aceitação da unanimidade de todos os Grupos Políticos. Outra Recomendação oriunda da Comissão 6, que por questões de indisponibilidade do seu Coordenador, o Deputado Paulo Caetano, que não estaria na próxima sessão do dia 29, e todo o trabalho do documento já tinha sido desenvolvido de uma forma muito precisa quer ao nível da Comissão, quer com a presença do Sr. Vereador, e também através de uma visita ao local, havia condições de ser incluída nesta sessão.-----
----- Dada a extensão da ordem de trabalhos e urgência de alguns pontos, a presente sessão teria apenas três documentos no “PAOD” e os restantes transitariam para a sessão extraordinária de 29 de

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

junho, ficando distribuídos da seguinte forma:-----

----- Saudação - Pescador de Sesimbra;-----

----- Saudação - Passagem da Chama da Solidariedade pelo Concelho de Sesimbra;-----

----- Saudação - Dia de África;-----

----- Saudação - Dia Municipal do Bombeiro;-----

----- Saudação - Auditório e Pavilhão Multiusos num único espaço;-----

----- Saudação - Dia Internacional da Criança / Dia Internacional das Crianças Vítimas Inocentes de Agressão;-----

----- Moção - Transferência de Competências;-----

----- Moção - Pelo Término das Obras do Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial da Cercizimbra – Polo da Quinta do Conde;-----

----- Moção - Discussão sobre a Eutanásia;-----

----- Recomendação - Coreto como entidade Cultural e Patrimonial;-----

----- Recomendação - Regulação do Estacionamento na Lagoa de Albufeira;-----

----- Recomendação - Remoção da propaganda eleitoral;-----

----- Recomendação - Realização de Sessão Temática: Pelo Direito a um Final de Vida com Dignidade;-----

----- Recomendação - Apoio Animal.-----

----- A Presidente informou ainda que perante a não concordância de todos os Grupos Políticos presentes nesta Assembleia, foi aceite uma metodologia aceite e sob a qual apenas funcionaria de uma forma excepcional para este ponto, ou seja, seria dado a cada bancada, apenas 2 minutos relativamente ao ponto sobre a Recomendação apresentada pelo Grupo Político do PS acerca da implementação do Concelho Municipal da Juventude de Sesimbra.-----

----- Informou ainda que haveria uma deliberação relacionada com três aspetos: a organização desta sessão, a alteração dos pontos da Ordem de Trabalhos e as intervenções a fazer relativamente aos jovens, PAOD, intervenção do público e pontos da Ordem de Trabalhos.

----- Após votação, foi aprovado, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, transitar o ponto 4 da Ordem de Trabalhos “Regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança” para a sessão extraordinária a realizar no dia 29 de junho de 2018;-----

----- Aprovou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, alterar a organização da presente sessão, passando o ponto 2 da Ordem de Trabalhos “Propostas da 15ª Assembleia Municipal de Jovens” para ponto 1 da Ordem de Trabalhos e ser apreciado e votado antes do

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia), seguindo-se depois o PIAC (Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos) e posteriormente, a continuação da Ordem de Trabalhos com a avaliação da Atividade Municipal. -----

----- A Presidente informou que desde algum tempo que as propostas deliberadas na Assembleia Municipal de Jovens eram presentes a esta Assembleia que simbolicamente, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Jovens, Maria Cunha entregara à própria e na altura à Senhora Vice-Presidente para que as mesmas pudessem constar nesta Ordem de Trabalhos. -----

----- Agradeceu e saudou a presença dos jovens hoje presentes embora alguns não pudessem estar presentes por estarem a desenvolver outras atividades a nível escolar. -----

----- Foi cedida a palavra à **Presidente da Mesa da 15ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens, Maria Cunha**, que cumprimentou todos os presentes e disse que este Projeto era muito importante e interessante. Importante para os jovens porque havia um desenvolvimento a nível de oralidade e a nível pessoal. Disse que participava neste Projeto pelo terceiro ano e tivera a oportunidade de ter sempre feito parte da Mesa da AMJ. A aluna considera que este Projeto deveria continuar e que esperava continuar a assistir às Assembleias e ver os jovens a participar neste Projeto uma vez que não havia a noção do trabalho que era desenvolvido para melhorar o nosso Concelho porque estava a ser melhorado não só para “nós” mas também para os outros. -----

----- A **Segunda Secretária da Mesa da AMS** fez a leitura da proposta da **Escola Navegador Rodrigues Soromenho**, dada a ausência dos representantes desta escola por se encontrarem envolvidos em atividades escolares. -----

----- *“Introdução:-----*
----- Este ano, na nossa escola, o projeto marcou pela diferença porque se conseguiu pela primeira vez fazer a escolha dos deputados através de um sufrágio, o que permitiu o envolvimento de toda a escola, nomeadamente, o 2.º ciclo que desta forma também foi implicado, expressando a sua opinião através do voto. O resultado é uma bancada com elementos de quatro listas diferentes, com sensibilidades diferentes que apresentaram diferentes propostas, que agora em sessões escolares serão debatidas e transformadas nas propostas finais a apresentar na sessão de 28 de abril. -----

----- *A 15.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens de Sesimbra, cujo tema é “Património, Cultura, Futuro – A Noss@ Identidade Cultural” transformou-se numa enorme responsabilidade para nós, porque para além de reconhecermos a importância do Património para a Identidade de uma região, reconhecemos a riqueza de Sesimbra ao nível do Património, nas suas mais diversas classificações e áreas.*

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

O nosso Agrupamento de Escolas tem sempre, ao longo dos últimos anos, fomentado a defesa e a promoção do Património do Concelho de Sesimbra, tanto o material, como o imaterial, nunca esquecendo toda a tradição associada ao Mar que, em última instância, é o Património Sesimbrense por excelência. Apresentamos, pois, para posterior discussão, as seguintes propostas:-----

----- Propostas para debate:-----

----- 1.Reconhecer o “Pexito” (Dialeto Local) como Património Imaterial de Sesimbra, tendo já por base o livro “O que veio à rede” que contém a recolha já efetuada. -----

----- 2.Editar de um livro com histórias de pescadores e outras curiosidades do concelho de Sesimbra. -----

----- 3.Instalar um núcleo museológico no Cabo Espichel. -----

----- 4.Transformar a “Casa do Bispo”, recentemente restaurada, num local de Exposições temporárias com diferentes temas (Históricos, Artísticos, Políticos, etc.). -----

----- 5.Criar semanas temáticas nas escolas, de forma a incentivar os alunos a conhecerem e preservarem o nosso Património. (Por exemplo: “Semana dos Monumentos”).” -----

----- A Presidente da AMS fez a leitura da proposta da Escola Básica Integrada da Boa Água dada a ausência dos representantes desta escola por se encontrarem envolvidos em atividades escolares.-----

----- “Introdução:-----

----- A Assembleia Municipal de Jovens juntou-se à iniciativa da União Europeia e, no âmbito das comemorações do Ano Europeu do Património Cultural, assumiu nesta sua 15ª edição o tema “Património, Cultura e Futuro- A nossa identidade cultural”, cumprindo aquele que é um dos seus objectivos específicos:-----

----- - sensibilizar para a importância do património cultural europeu através da educação, visando em especial os jovens e as comunidades locais. -----

----- Considerando a grande heterogeneidade existente entre as duas freguesias junto à sede de concelho, Castelo e Santiago, e a da Quinta do Conde, sendo em termos de urbanidade/ruralidade seja também em termos de património arquitectónico/natural, decidiu também a nossa bancada investir na reflexão sobre aquela que é a nossa freguesia e na promoção do seu património. -----

----- De realçar que este foi um trabalho complicado de se desenvolver, pois o património cultural da freguesia da Quinta do Conde não é tão rico como o das restantes freguesias do concelho. As quais possuem maior número de elementos relativos à cultura imaterial, aos monumentos e espaços naturais que podem ser explorados. -----

----- Após pesquisa efectuada, e para a qual se agradece o apoio dos técnicos da Câmara Municipal de

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra por todo o material disponibilizado, decidiu a bancada da EBI Boa Água focar-se fundamentalmente no património imaterial do concelho e da sua freguesia.-----

----- Com as propostas que apresenta, a bancada do Agrupamento de Escolas da Boa Água pretende dar assim a conhecer a história de Sesimbra, quer aos seus munícipes quer ao crescente número de turistas que visita o concelho. Pretendemos que a implementação das nossas propostas valorizem as lendas locais, a gastronomia, a música, as artes piscatórias e o movimento associativo. -----

----- Assim apresentamos para o debate as seguintes propostas: -----

----- Propostas para debate:-----

----- - Encenação de lendas de Sesimbra, com destino aos alunos 1.º ciclo do concelho. Trabalho que deverá ser desenvolvido pelo grupo de Teatro da EBIBA “Gota d’Água” (PAMJovem);-----

----- - Criação de um Concurso Gastronómico, visando a promoção do “peixe de Sesimbra” e da doçaria tradicional, assim como o desenvolvimento de novos pratos utilizando os produtos típicos da região;-----

----- - Criação da “Feira Quinhentista” na Quinta do Conde, visando promover e divulgar a história da Quinta do Conde e a relevância desta área geográfica na época dos Descobrimentos;-----

----- - Implementação da “Feira Cultural do Concelho”, visando não só a promoção do movimento associativo e das suas actividades culturais, como a divulgação das artes relacionadas com a pesca.” -----

*----- Tomou do uso da palavra a aluna **Margarida Gonçalves**, que fez a leitura da proposta da **Escola Secundária de Sampaio**:-----*

----- “Introdução:-----

----- Por decisão do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu celebra-se em 2018 o Ano Europeu do Património Cultural. -----

----- Em Portugal, de acordo com a sua Lei de Bases, “integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização” (artigo 2º). -----

----- Conscientes desta importância, a União Europeia e os seus Estados-Membros, incitam os europeus a preservarem o seu património, a valorizarem as suas raízes culturais e respeitarem a sua diversidade cultural. -----

----- Numa época em que a diversidade cultural é uma realidade nas comunidades europeias, torna-se premente utilizar o património cultural como um fator de coesão da comunidade. Além disso, a valorização do património permite incrementar o desenvolvimento económico e social, no qual o turismo sustentável poderá ser uma alavanca fundamental para a melhoria das condições de vida a nível local. --

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Felizmente, em Sesimbra, a autarquia desde há muito que está consciente da necessidade de valorizar, preservar e divulgar o rico património do nosso concelho. São muitos os exemplos que aqui poderemos deixar, desde a recuperação de edifícios à promoção de eventos, da preservação das paisagens à abertura de novos espaços museológicos.-----

----- Foi com grande interesse que assumimos este desafio de refletir sobre o património, a cultura e a nossa identidade cultural, e ajudar a compreender o presente através de uma interpretação comum do passado. Embora já muito tenha sido realizado, nós, jovens de Sesimbra, pensamos que poderemos dar o nosso contributo para afirmarmos a nossa cultura e o nosso património, garantirmos a sua divulgação junto das novas gerações e celebrarmos o Ano Europeu do Património Cultural. -----

----- Propostas para debate:-----

- • Organizar um Festival Cultural-----
- • Organizar um campeonato de jogos tradicionais de Sesimbra-----
- • Promover a plantação de árvores nas áreas ardidas do concelho-----
- • Organizar um encontro de geocaching sobre o património-----
- • Promover visitas guiadas pelo património-----
- • Colocação de quiosques interativos em alguns locais do concelho-----
- • Desenvolver a atividade “O museu vai à escola”-----
- • Organizar palestras sobre a construção naval e a arte tradicional da pesca em Sesimbra-----
- • “Interage com o património” – aquisição de um quiosque interativo (AMJ Projeto)-----

----- Tomou do uso da palavra o **Professor Jorge Paulo**, responsável pelo Projeto da AMJ, que cumprimentou todos os presentes e fez a leitura da proposta da leitura da proposta da **Escola Básica 2,3/S Michel Giacometti da Quinta do Conde**:-----

----- “Subtema: Património Sesimbrense-----

----- As abordagens que aqui trazemos ao Tema da 15.ª AMJ - “PATRIMÓNIO, CULTURA, FUTURO – A Noss@Identidade Cultural” -, em termos de ideias materializadas em propostas, inscrevem-se em duas perspetivas de valorização e potenciação dos recursos endógenos, que, neste caso, correspondem ao múltiplo património material e imaterial do Concelho de Sesimbra – natural, edificado, cultural...-----

----- Por um lado, visam a promoção do conhecimento, a preservação e conseqüente valorização local do património, por parte dos munícipes e em particular dos mais jovens (futuros adultos), potenciando a aquisição de uma identidade concelhia.-----

----- Resultam da constatação de que muitos dos munícipes ou não conhece ou conhece mal a

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

identidade cultural e as potencialidades patrimoniais do Concelho; da existência de lacunas ao nível do processo de ensino-aprendizagem, no que respeita à componente local dos currículos; da importância de fomentar a “apropriação” de uma identidade local, partindo do princípio universal que só podemos valorizar e proteger aquilo que se conhece. -----

----- Noutro sentido, têm por objetivo a valorização económica do nosso património, através da divulgação do mesmo e da atração de visitantes, aumentando, assim, as mais-valias económicas e sociais que o turismo, cada vez mais, proporciona. -----

----- Consideramos que a riqueza patrimonial (material e imaterial) pode ser potenciada, de modo a permitir a diversificação e complementaridade da oferta turística do Concelho, mitigando a sazonalidade do turismo balnear e a promovendo o turismo ao longo do ano. -----

----- Deste modo, as nossas propostas passam por: preservação e rentabilização económica e cultural dos extensos espaços naturais existentes no território – alguns já protegidos e/ou classificados (1.ª e 6.ª propostas); valorização da correlação entre as vertentes, natural, histórica e gastronómica (2.ª proposta); promoção local do conhecimento do património concelhio junto dos mais jovens (3.ª e 4.ª propostas); preservação e/ou recuperação do património existente, de um modo geral (5.ª proposta); sistematização e disponibilização do conhecimento patrimonial e cultural já existente e respetiva potenciação para fins turísticos (7.ª proposta). -----

----- Propostas para debate:-----

----- 1.ª Proposta - “Da Lagoa ao Risco” – Percurso pedestre-----

----- 2.ª Proposta - “Rota das armações” – Percurso marinho costeiro-----

----- 3.ª Proposta - “O património Sesimbrense explicado às crianças” – Edição de um livro infantil-----

----- 4.ª Proposta - “Conheço o meu património” – Divulgação municipal do património do Concelho--

----- 5.ª Proposta - “Património com valor” – Recuperar e conservar o património natural e edificado -

----- 6.ª Proposta - “Hortas urbanas” – Usufruir do património natural -----

----- 7.ª Proposta - “Roteiros do património Sesimbrense” – A nossa identidade cultural (Visitas guiadas temáticas: “Rota dos icnofósseis e ocupação pré-histórica do concelho”; “Rota do património militar e de defesa da costa.”. -----

*----- Foi cedida a palavra **Marta Cunha, Líder de Bancada da Escola Básica Integrada da Quinta do Conde**, que depois de cumprimentar os presentes, passou a apresentar a proposta da sua Escola: -----*

----- “Subtema: Valorização futura do Cabo Espichel: Recuperaç@o, renovaç@o e dinamizaç@o do Cabo Espichel”-----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Introdução:*-----

----- *A nossa proposta, deste ano, tendo em conta o Ano Europeu do Património Cultural, pretende a valorização de um espaço do concelho que todos prezamos, o Cabo Espichel. Para nós é um local único no concelho de Sesimbra com inúmeras vertentes, que dignifica a nossa identidade cultural e que é de interesse público nacional e internacional.*-----

----- *Na nossa opinião, é um local que se destaca no concelho pelas suas características extraordinárias e emblemáticas, que não pode ser remetido ao esquecimento, merecendo o devido investimento com vista ao seu renascimento, de forma a atrair visitantes nacionais e estrangeiros, passando a integrar um itinerário obrigatório de visita.*-----

----- *Sabendo que, após a aquisição da Ala Norte do Santuário do Cabo Espichel, a Câmara Municipal, no final de 2017, candidatou-se ao Plano Operacional Regional de Lisboa 2020, para a reabilitação do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel e, estando esta candidatura associada às propostas apresentadas no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa, existindo também a possibilidade de participação em 50 por cento pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, a nossa bancada vai ao encontro deste objetivo e pretende a recuperação, a renovação e a dinamização do Cabo Espichel nas áreas do turismo, da cultura, do lazer/desporto, da natureza e da vertente religiosa, ou seja, a valorização futura do seu património material e imaterial.*----

----- *Durante a Visita de Estudo realizada no âmbito deste projeto e através de uma palestra com um perito no assunto, percebemos ainda melhor a riqueza deste local, assim como as diversas lendas e memórias que queremos fazer renascer.*-----

----- *O número de pessoas a visitar o Cabo Espichel tem aumentado, cada vez mais, tendo chegado, em 2014, a 42258 pessoas. Ao melhorar a edificação existente e a zona circundante ao Cabo Espichel com as nossas propostas, de certeza, que o número de visitantes irá aumentar, tanto de portugueses como de estrangeiros.*-----

----- *Com a nossa proposta, pretendemos reconhecer as suas diferentes vertentes que se foram esquecendo/desvalorizando ao longo do tempo e, dado que o Cabo Espichel se trata de uma zona de grande relevância para o concelho de Sesimbra - apesar de algumas melhorias circundantes - há muito ainda a realizar e não pode continuar a ser esquecido. Cabe-nos a nós torná-lo outra vez um local importante de turismo e de culto.*-----

----- *De acordo com estas ideias, a nossa escola desenvolveu as propostas que se seguem, para ajudarmos na recuperação do vasto património do Cabo Espichel.*-----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Propostas para debate:*-----

----- *Recuperação, renovação e dinamização do Cabo Espichel nas áreas do turismo, da cultura, do lazer/desporto, da natureza e da vertente religiosa:*-----

----- *1. Recuperação de espaços para atividades turísticas/culturais/religiosas e serviços de apoio:*-----

----- *a) Construção de uma unidade hoteleira (Espaço da tutela da Câmara Municipal);*-----

----- *b) Construção de um Albergue ou Retiro (Espaço da tutela da Igreja);*-----

----- *c) Recuperação da Casa da Ópera (Espaço da tutela da Câmara Municipal).*-----

----- *2. Divulgação do Património Natural:*-----

----- *a) Criação de um Centro de Interpretação paleontológico e geológico no Cabo Espichel;*-----

----- *b) Construção de um posto de observação de aves/fauna marinha.*-----

----- *3. Recriação de lendas:*-----

----- *a) Atividades para promover/recriar as diversas lendas do local;*-----

----- *b) Construção de um painel alusivo às lendas do Cabo Espichel.*-----

----- *4. Recuperação de Tradições Religiosas.”*-----

----- Após a leitura de todas as propostas deliberadas na AMJ, a Presidente da AMS deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva**, que cumprimentou todos os presentes e disse que relativamente a esta matéria, iria pronunciar-se a sua colega de bancada, Conceição Gonçalves.-----

----- A **Presidente da AMS** disse que, como era sabido, os membros da Mesa poderiam intervir enquanto membros da Mesa ou se preferissem, retirar-se da Mesa e utilizar a sua figura na bancada, porque na realidade eram Deputados, também na Bancada. Disse considerar que os colegas dispensariam que a colega Conceição Gonçalves pudesse sair da Mesa para fazer a leitura junto do colega da sua bancada e o pudesse fazer na Mesa. Esta era uma opção que os membros da Mesa podiam fazer, bem como qualquer dos membros mas esta era uma opção que a própria nunca havia feito.-----

----- A **Segunda Secretária da Mesa, Conceição Gonçalves**, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Alguns jovens encantam-se pela política, outros não. A questão é que o fazem à sua maneira.---*

----- *A juventude tem de saber construir propostas de futuro para problemas que sendo atuais, possam não ser imediatos. Os jovens têm de pensar, discutir e agir nesta nova era. Não podem ter receio de participar ativamente na discussão dos temas de hoje, seja por preconceito ideológico ou por conjunturas atuais.*-----

----- *É por isso que existe uma tendência para a participação política, em particular entre jovens*

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

através de movimentos e causas que nascem da sociedade civil em moldes diferentes de uma organização política.-----

----- *Independentemente ao nível do desencanto, não deixem de dar a vossa opinião, são sobretudo vocês que têm de fazer um esforço de aproximação, mudar a forma de funcionamento, estar mais vezes com a sociedade civil, mostrar que não são todos iguais. Como jovens, já sabem que não vão salvar o mundo da pobreza nem de conflitos. Procuram o que lhes é possível, tocar uma parte do mundo, daí a preferência por participarem em Projetos tais como a nossa Assembleia Municipal de Jovens, à qual a bancada do PSD elogia a vossa participação, tal como dos vossos Professores e Encarregados de Educação que vos acompanham.* -----

----- *É pela vossa capacidade de querer e conseguir que irão dar sempre voa a este Projeto”*-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal do MSU se congratulava com esta iniciativa da Assembleia Municipal de Jovens e felicitou todo o empenho e dedicação dos Professores e alunos que tinham feito um trabalho excecional. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que cumprimentou todos os presentes e disse que lhe parecia que depois desta 15ª Assembleia de Jovens, de certeza que este reforço democrático que aqui tinha sido “aflorado” assim como as políticas que os jovens tinham vindo a trazer com as suas propostas. Na opinião da bancada da CDU, os interesses dos jovens do Concelho eram cada vez mais valorizados com esta participação cívica. O Deputado expressou e deixou uma congratulação aos jovens, aos pais e aos professores que depois deste debate e defesa de ideias, a AMJ com toda a certeza estava e ficaria cada vez mais rica. -----

----- Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e salientou o número de presenças femininas nesta Assembleia Municipal de Jovens, o que era uma satisfação mas também alguma preocupação de onde andariam os rapazes do Concelho que necessitavam de incentivo para participar nas questões da democracia e da actividade cívica. -----

----- O Deputado informou que havia uma Saudação para apresentar no PAOD sobre a forma como decorreria esta 15ª Edição da AMJ e deixou a felicitação aos professores e alunos pela forma como continuavam a participar, apresentar e desenvolver tão empenhadamente os seus Projetos no âmbito da AMJ. Deixou ainda uma nota de reflexão para o facto de esta iniciativa abranger apenas jovens até aos 15 anos e que existia ainda uma lacuna na faixa etária seguinte, a que antecedia a participação cívica e democrática em plenário com o direito ao voto.-----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes que se congratulou pela continuação desta iniciativa, pela participação que tinha vindo a ter e principalmente pelas ideias que trazia a debate nestas Assembleias Municipais e Jovens e que seja um princípio de entrar noutras formas de activismo cívico. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que apesar de tudo, no município de Sesimbra, 70% dos órgãos autárquicos tinham mulheres no topo. Das três Juntas de Freguesia, duas tinham Senhoras Presidentes de Junta e a própria Assembleia Municipal também tinha uma Presidente. O Deputado disse ter pedido a palavra para congratular de uma forma muito particular as alunas que de uma forma muito destemida e exemplar tinham vindo até ao microfone falar para uma plateia mais alargada daquilo que era habitual. -----

----- Interveio o **Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e disse que queria valorizar este Projeto, com um número significativo de anos e que melhor que a perceção dos eleitos, era a perceção que os jovens tinham deste mesmo Projeto. Era da sua parte que se deveria trilhar aquilo que seriam as alterações e os caminhos sobre os modelos de participação. -----

----- Referiu que este Projeto, e particularmente aquilo que tinha sido hoje referido no conjunto de propostas bastante pertinentes, revelavam uma grande maturidade deste conjunto de jovens com menos de 15 anos e também um grande conhecimento sobre um conjunto particular de matérias.-----

----- Disse que tinha sido bom que os assuntos tivessem sido colocados com frontalidade e com um nível tão grande de amadurecimento, facto que não era muitas vezes usual em jovens desta idade. -----

----- Referiu que muitas destas propostas eram comuns a todos os eleitos dos órgãos autárquicos do concelho e que algumas estavam já implementadas com *nuanças* ligeiramente diferentes daquelas que tinham sido apresentadas e que muitas delas estavam previstas, pela CMS, de ser implementadas. Disse que Sesimbra tinha uma estratégia que entroncava um desenvolvimento económico no Turismo e que dentro dessa estratégia, para um Turismo que não se pretendia massificado e contrariando a sazonalidade referida, assentava em três eixos fundamentais: O Património, que tinha sido um investimento ao longo dos anos por todos os Executivos da Câmara Municipal, a “nossa” identidade e história e as atividades tradicionais e produtos regionais. Disse que aquilo que era diferenciador da segmentação de mercado, tinha sido identificado por este conjunto de jovens. -----

----- Relativamente à questão do Cabo Espichel, referiu que tinha duas operações: uma que era da CMS, financiada através de uma Candidatura, como havia sido explicitada em pormenor ao POR Lisboa 2020 que assentava em duas intervenções, uma na área da zona envolvente que seria a reabilitação de

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

todo o estacionamento e a zona de acesso entre a Horta dos Peregrinos e o terrado do Cabo Espichel e também, ainda nessa mesma operação, a reabilitação da Ala Sul na parte que ficaria sobre a gestão da Confraria de Nossa Senhora do Cabo Espichel. -----

----- A segunda operação, tendo em conta o compromisso e o protocolo que estava praticamente finalizado entre a Confraria de Nossa Senhora do Cabo Espichel e a Câmara Municipal, seria objeto de um concurso público ao abrigo da REVIVE, que manteria os pressupostos, sendo eles a parte hoteleira comercial e a parte de albergue dos peregrinos por parte da Confraria e depois ter um conjunto de atividades não só apenas do ponto de vista daquilo que seria a valorização do Património mas também museológicas associadas à intervenção.-----

----- Havia a expectativa que o Programa do concurso estivesse concluído após o Verão e estava apenas a guardar-se que fosse estabilizado o Protocolo com a Confraria, que tinha sido realizado na semana passada. Estava ainda a ser debatido com a Agência Portuguesa do Ambiente, o modelo de saneamento a chegar ao Cabo Espichel. -----

----- Relativamente aos percursos, um grande trabalho efetuado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e das Câmaras Municipais de Setúbal, Palmela e Sesimbra havia sido identificado o da Grande Rota da Arrábida que conseguiria ligar desde a saída do concelho de Setúbal junto à Serra da Arrábida passando pela Serra do Risco terminando já depois da Lagoa de Albufeira que se juntaria depois a um percurso pedestre também promovido pela Câmara Municipal de Almada. Referiu ainda outros dois percursos mais pequenos, um que seria o percurso de Sesimbra, que no essencial seria a rota Castelo-Sesimbra e outro na Serra do Risco, pertença da Casa de Calhariz.-----

----- A **Presidente da AMS** disse que apesar de termos quinze anos de trabalho, era reconhecido que ainda havia alguma dificuldade para que a comunicação social e até a própria divulgação conseguissem alcançar o patamar do nível e da qualidade de prestação destes professores, do empenho dos alunos e daquilo que era a dinâmica em cada escola. Disse acreditar que estas boas práticas nem sempre eram fáceis de captar enquanto motores de divulgação e de promoção mas todos teriam de fazer um esforço em termos de apostar naquilo que era um trabalho de singularidade no Concelho de Sesimbra e sobretudo pelas escolas e pelos alunos.-----

----- Realçou ainda que se continuava a ter a cooperação, tanto a nível financeiro como logístico, de algumas Entidades públicas e privadas a este Projeto, o que demonstrava que sentiam que o mesmo era uma mais-valia do ponto de vista daquilo que podia ser um sector alvo através dos jovens em termos de alguma outra área específica de debate que neste caso era o Património. -----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse ainda que este era um Projeto de boas práticas ao nível do Ministério da Educação, estava consagrado nos Projetos Educativos de cada escola e por isso, havia cada vez mais a necessidade de lhe dar corpo, de o transformar e alterar, adequando-o às novas tendências e modalidades de discussão e abordagem.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e aclamação, após a leitura das propostas pelos líderes de bancada das escolas participantes, recomendar à Câmara que considere as Propostas aprovadas na 15ª edição da Assembleia Municipal de Jovens cujo tema central é “PATRIMÓNIO, CULTURA, FUTURO – A Noss@ Identidade Cultural” e que analise a sua pertinência e inclusão no Orçamento para 2019.-----

----- A Presidente da AMS declarou depois aberto o “**Período de Antes da Ordem do Dia**”, composto por três documentos sendo o primeiro o Voto de Pesar subordinado ao título “António Arnaut”.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que não iria fazer a leitura e que este Voto de Pesar resultava do falecimento de António Arnaut, que ficara conhecido no País como o pai do Serviço Nacional de Saúde mas também havia sido um democrata, um lutador pela democracia, em termos profissionais foi um advogado, foi um dos fundadores do Partido Socialista. Disse que era uma referência histórica que deveria servir para as novas gerações em termos do que era a intervenção cívica não abdicando dos seus princípios nem do respeito pelos outros e pela vida de todos os portugueses.----

----- O Voto de Pesar “António Arnaut” teve a seguinte transcrição:-----

----- “*António Duarte Arnaut, nascido na Cumeieira, Penela, distrito de Coimbra, em 28 de janeiro de 1936, faleceu no passado dia 21 de maio de 2018, aos 82 anos.*-----

----- *Advogado, poeta e escritor, António Arnaut foi ministro dos Assuntos Sociais no II Governo Constitucional, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano e foi agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade e com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.*-----

----- *A vida de António Arnaut é um exemplo de entrega e dedicação à causa da Liberdade, da Democracia e de defesa dos direitos sociais para todos os cidadãos, que teve como paradigma o seu papel fundamental na criação do Serviço Nacional de Saúde, em 1979, de que foi, muito justamente considerado o “pai”, na sua batalha constante por serviços públicos de qualidade. O SNS português é, ainda hoje, uma referência e um caso de sucesso estudado internacionalmente.*-----

----- *Grande resistente e combatente antifascista, António Arnaut envolveu-se desde jovem na oposição ao Estado Novo e participou na comissão distrital de Coimbra da candidatura presidencial de Humberto Delgado. Foi um dos participantes na reunião fundadora do Partido Socialista, em abril de*

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

1973, dando sentido à intervenção política que mantinha já há vários anos. Em 2016, o 21º Congresso Nacional do Partido Socialista consagrou-o, por aclamação, como Presidente Honorário do partido. -----

----- António Arnaut serviu o país e os valores em que acreditava com um entusiasmo que contagiava todos que tinham a possibilidade de o conhecer, entusiasmo esse que manteve até ao fim dos seus dias. A sua voz e os seus conselhos permanecerão como uma referência a todos os defensores da Liberdade e da Democracia, sendo esse o seu legado para as futuras gerações.-----

----- Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 15 de junho de 2018, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de António Arnaut e transmite a todos os familiares e amigos as suas mais sentidas condolências.-----

----- Dar conhecimento: -----

----- Familiares; Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de freguesia do Concelho de Sesimbra; Partido Socialista; Comunicação social local e regional.”-----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, o Voto de Pesar com o título “Falecimento de António Arnaut” e guardou um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- Em seguida, deu-se início à **Saudação sob o tema “ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE JOVENS” (Um projeto criativo e inovador de participação jovem na vida local)**: -----

----- “A atividade da assembleia municipal de jovens que comemora no presente ano letivo a sua 15ª edição tem sido dinamizada pelas escolas, professores e jovens, e hoje é certamente muito grato admitir que globalmente é reconhecida pelo seu dinamismo, criatividade e inovação. -----

----- Ao longo do ano, decorrem várias iniciativas que contribuem para o seu sucesso, como é o caso do “Eleito por um dia” que pretende privilegiar o relacionamento entre as instituições públicas e os jovens, e apoiar a sua formação enquanto cidadãos, o qual tem merecido total apoio por parte dos eleitos - Presidente da Câmara, os Presidentes das 3 Juntas de Freguesia e a Presidente da Assembleia Municipal - que se disponibilizaram em acolher os jovens e a partilhar o seu dia de trabalho. -----

----- O Projeto que pretende criar uma aproximação entre os (as) jovens do concelho e os órgãos autárquicos, através da participação direta na realização duma sessão de assembleia municipal, na qual desempenham todas as funções inerentes ao seu funcionamento, desde a direção dos trabalhos, através da Mesa eleita entre os (as) líderes, a constituição das respetivas bancadas escolares e a apresentação, debate e votação de propostas, até à presença do público igualmente assumida pelos alunos (as), constitui uma verdadeira experiência de responsabilidade cívica. -----

----- Por tudo isto é possível afirmar que este projeto é de grande importância para a formação dos

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

mais novos ao sensibiliza-los para o seu papel de cidadãos intervenientes na comunidade. -----

----- Iguamente a criação do AMJ-Projeto veio consolidar uma natural aspiração que resulta da concretização de uma proposta apresentada por cada “bancada escolar”, face ao financiamento previsto para a sua obra. -----

----- Este espírito formativo, a que está subjacente o projeto da assembleia municipal de jovens, tem merecido dos respetivos professores um carinho especial, mas também grande disponibilidade e capacidade de mobilização dos alunos para a concretização deste projeto, tendo presente a abordagem do tema central que anualmente pretende motivar alunos, para um maior conhecimento e debate sobre as diferentes matérias. -----

----- Neste quadro, e integrado no Ano Europeu do Património Europeu, o tema central da 15ª edição, PATRIMÓNIO, CULTURA, FUTURO – A Noss@ Identidade Cultural, foi deveras enriquecedor, quer pelo conhecimento aprofundado sobre o Património Sesimbrense, quer pela criatividade e sentido de oportunidade na apresentação de propostas concretas tendo em vista a sua valorização, local, regional e até nacional. -----

----- Acreditamos que na dinâmica dos professores que têm acompanhado este projeto junto das escolas e dos jovens sesimbrenses, é reconhecido o seu mérito, dedicação e capacidade formativa na promoção da formação destes “jovens-eleitos” que nos ajudaram a construir um concelho melhor. -----

----- A assembleia municipal de Sesimbra, reunida a 15 de junho, saúda as escolas do concelho que têm participado no projeto, os/as professores que o dinamizam, e os/as jovens-eleitos pela participação e entusiasmo com que assumem esta vivência cívica tão importante à sua formação.” -----

----- Dar conhecimento: -----

----- Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Agrupamentos de Escola do Concelho de Sesimbra; Professores participantes no Projeto da 15ª AMJ; Patrocinadores da AMJ; Área Metropolitana de Lisboa; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comunicação social local, regional e nacional.” -----

*----- A **Presidente da AMS** disse que este se tratava de um Projeto criativo e inovador de participação jovem na vida local e que hoje se tinha o privilégio de ter um ex-colega da AMJ nesta sessão na qualidade de público, o que era uma prova da importância deste Projeto como referência para a vida e aquilo que o mesmo poderia representar como alerta, consciência e participação na vida local. -----*

----- Salientou que no âmbito deste Projeto, a atividade “Eleito por um Dia” continuava a ser um privilégio que os alunos tinham em partilhar um dia com os eleitos, neste caso, Presidente da Câmara,

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Juntas de freguesia e Assembleia Municipal e para além disso, havia toda uma vivência que era inerente aos jovens, quer do funcionamento da Mesa, das suas intervenções, da organização das propostas e a forma como teriam de as apresentar, ou seja, uma aprendizagem de democraticidade que era fundamental para a sua vida futura enquanto cidadãos e a intervenção na comunidade.-----

----- Disse ainda que este tema Europeu havia servido, sem dúvida alguma, de referência para a proposta deste ano e era importante que tivesse sido o motor de sensibilização dos jovens para um “despertar” da História, para a descoberta do monumento, da raiz da cultura e havia aspetos interessantíssimos que tinham sido fundamentais como aprendizagem.-----

----- Disse que com este tempo de 15 anos de criatividade e inovação que se pretendia dar, era de todo, por direito, que se saudasse os jovens, professores, escolas, pais, encarregados de educação e também todos aqueles que de algum modo, direta ou indirectamente, ajudavam a construir este Projeto.

----- Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade e aclamação**, após a leitura das propostas pelos líderes de bancada das escolas participantes, recomendar à Câmara que considere as Propostas aprovadas na 14ª edição da Assembleia Municipal de Jovens cujo tema central é “Direitos e deveres pela igualdade na deficiência” e que analise a sua pertinência e inclusão no Orçamento para 2018.-- -----

----- A **Presidente da AMS** deu início ao documento seguinte, a **Recomendação** com o título “**Melhoria das Condições da Rua Rio Guadiana, na Boa Água - Quinta do Conde**” e informou que surgira da bancada do Partido Socialista, que tivera a disponibilidade que a mesma baixasse à Comissão 6, que por sua vez reunira com a presença do Sr. Vereador Sérgio Marcelino e que mais tarde, na visita feita às freguesias do Castelo e da Quinta do Conde tinha havido a oportunidade de se passar pela respetiva rua e dar-se conta, *in loco*, das questões aqui colocadas e em simultâneo, esta Recomendação deixara de ser oriunda do Grupo Político do PS para ser da Comissão 6.-----

----- A Presidente sublinhou ainda que o facto de ter havido esta permissa para que este documento fizesse parte do PAOD, tinha a ver com o facto de por razões de ordem profissional, o seu Coordenador, o Deputado Paulo Caetano, não poder estar presente na próxima sessão a realizar no dia 29 de junho. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que agradeceu o esforço para que este assunto fosse transferido para o PAOD desta sessão e não para dia 29. Disse que a Recomendação havia sido amplamente discutida com a presença do Sr. Vereador que prestou um conjunto de esclarecimentos que apenas “pecaram” porque “abriram o apetite” para muitos outros que já estavam comprometidos de ter de vir à Comissão 6. Fez referência à visita ao local no passado sábado, tendo a Recomendação sido

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

reformulada e novamente apresentada. Referiu que a participação de todos os membros da Comissão 6 tinha sido ampla, consensual e era justo que fosse emanada pela Comissão 6. Informou que a Recomendação terminava com um pedido para que fosse dada prioridade áquilo que de facto pudesse merecer intervenções rápidas de fácil implementação sem carecer de autorizações de financiamentos, e que pudessem melhorar as situações, algumas delas até complicadas por forma a contribuir para o bem-estar e segurança dos habitantes daquela rua. -----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou por **unanimidade** a seguinte Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Melhoria das Condições da Rua Rio Guadiana, na Boa Água - Quinta do Conde”: -----

----- “Tendo como objetivo fundamental o bem-estar e a segurança das pessoas e bens, a Assembleia Municipal passa a expor o seguinte: -----

----- 1. Considerando o esforço que tem sido feito nas várias frentes, na Freguesia da Quinta do Conde;

----- 2. Considerando a boa vontade dos Executivos, passados e presente, de tentarem resolver as situações que nem sempre tiveram uma boa iniciação, como é do conhecimento geral; -----

----- 3. Considerando que existirão projetos elaborados para melhorar algumas situações; -----

----- 4. Considerando que já noutras ocasiões foram apresentadas possíveis alterações a obras /vias em utilização há vários anos; -----

----- 5. Tendo em conta as várias intervenções quer a nível de acessos, terraplanagens efetuadas até com a colaboração das Forças Armadas, continuam por resolver algumas lacunas existentes na Rua Rio Guadiana (Boa-Água, Quinta do Conde), no que diz respeito a: -----

----- a) Controlo da velocidade; -----

----- b) Alargamento da Via; -----

----- c) Estacionamento; -----

----- d) Fixação dos contentores do Lixo. -----

----- 6. Os factos que levam a colocar estas situações são motivados por a referida via não estar a corresponder às expectativas dos moradores, ao ter em funcionamento dois sentidos de circulação e só existir um passeio, e não estar garantido o estacionamento em segurança; -----

----- 7. Em horas de ponta, a maior parte dos moradores da Quinta do Peru, utiliza esta via por a mesma dar acesso à Rotunda junto ao Supermercado Modelo que permite melhor acesso à EN 10, alternância com a entrada em Negreiros que é muito difícil e morosa, bem como à continuada degradação do pavimento; -----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- 8. A velocidade utilizada na via que, à primeira vista, poderá ser considerada excessiva, dificultando a entrada e saída dos estacionamento privados e falta de espaço para estacionar na via pública;-----

----- 9. Em dias de condições atmosféricas mais adversas, os oito contentores de lixo existentes, tombam e ocupam a via ou os terrenos anexos que servem presentemente de estacionamento e atividades desportivas.-----

----- 10. Face ao exposto, após discussão em sede da Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança, onde foram prestados esclarecimentos por parte da Câmara Municipal através do Sr. Vereador Sérgio Marcelino, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que:-----

----- a) tendo em consideração a existência de projetos que, embora bem planeados para resolver o conjunto destas questões, poderão não ser executados de imediato por, em alguns casos, estarem dependentes de financiamento e de autorizações necessárias;-----

----- b) sejam analisadas as situações acima descritas e que, no mais curto espaço de tempo possível, seja dada prioridade às medidas mais simples e de fácil implementação, que possam melhorar a situação existente, nomeadamente:-----

- • a sinalização dos limites de velocidade e eventual colocação de lombas reductoras de velocidade;
- • a pavimentação da Rua António Sérgio e colocação de duas passadeiras desniveladas;
- • a fixação dos contentores de lixo, tanto na Rua Rio Guadiana como na Rua António Sérgio;
- • que sejam feitos esforços para que, num futuro próximo, seja alargada a Rua Rio Guadiana, prevendo estacionamento.-----

----- Dar conhecimento à Câmara Municipal, às Juntas e Assembleias da Freguesia do Concelho de Sesimbra, órgãos de comunicação social local e regional.”-----

----- A **Presidente da AMS** disse que as práticas democráticas desta Assembleia tinham sido geridas fruto das sensibilidades de todos em cada momento e era necessário continuar com esse esforço. Já houvera situações contrárias em que um documento da responsabilidade de um Grupo Político continuava a sê-lo, independentemente dos apoios e dos contributos da Comissão mas também já houvera situações exatamente iguais a esta, pois nem o próprio Regimento plasmava um fator indicativo sobre esta matéria.-----

----- Prosseguiu e disse que o último documento deste PAOD se tratava de uma Recomendação oriunda do Grupo Político do Partido Socialista e que tinha a ver com a implementação do Conselho Municipal de Juventude em Sesimbra. Referiu que de acordo com aquilo que havia sido previamente

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estabelecido entre os Grupos Políticos, cada Grupo tinha apenas dois minutos para fazer a intervenção que entendesse relativamente a este ponto. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Pólvora** que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a todas as forças políticas a oportunidade de este ponto poder ser discutido. Referiu que quanto ao Projeto em si, o Partido Socialista recomendava à CMS a criação de um Conselho Municipal de Juventude, pois tratava-se de um imperativo legal e acreditava que a Autarquia deveria ter a obrigação moral de procurar dar o exemplo e cumprir a Lei. Disse acreditar que a criação deste Conselho seria complementar e poderia até potenciar os Projetos de Juventude já vigentes no Concelho e acima de tudo porque ao longo dos anos, o Concelho Municipal de Juventude nos outros Concelhos onde estava implementado, tinha vindo a permitir a que as forças vivas nesses mesmos Concelhos participassem na definição das políticas de juventude, o que levava a que a participação cívica dos jovens fosse incrementada nesses Concelhos, podendo o mesmo vir a ser feito no Concelho de Sesimbra. O Deputado disse que o Grupo Municipal do PS estava disponível para qualquer rectificação que fosse necessária por forma a ter o apoio das restantes forças. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que tendo em consideração que este documento só tinha vindo a esta Assembleia Municipal porque existia democracia nesta casa e ainda tendo em consideração o conteúdo deste documento, o PPD-PSD propunha ao Partido Socialista que baixasse este documento à Comissão 3. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que estava previsto este documento ser apresentado apenas na próxima Assembleia e que face a essa situação e não ter havido oportunidade de o ter estudado com alguma profundidade, era da opinião de que baixasse à respectiva Comissão.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que propôs à Bancada do Partido Socialista que o documento baixasse à respetiva Comissão. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse igualmente que este documento deveria baixar à respetiva Comissão.-----

----- Interveio o **Presidente da CMS** que disse ter algumas relutâncias sobre os Conselhos Municipais da Juventude, primeiro porque representava uma institucionalização daquilo que era efetivamente o Movimento Juvenil de cada um dos Concelhos deixando de ser informal, havendo competências muito próximas e “fechando em quatro paredes” aquilo que era um movimento que por tendência era informal.

----- O segundo aspeto era que a representação em dois níveis, primeiro porque o representante dos

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

dois órgãos, fossem Partidos ou Associações, era um representante nominal quando deveria ser a própria Associação a ser representada para haver uma representação mais alargada e a presença nas reuniões daquilo que eram os jovens mais aptos a participar em cada uma das discussões. Num segundo nível, deixava de fora um número significativo de grupos informais de jovens como os Clubes de Teatro nas Escolas, os Grupos de *dj's* que não estavam constituídos como Associações e faziam parte integrante do Movimento Juvenil do Concelho.-----

----- O terceiro aspeto particular era a inflexibilidade face aos territórios. Se o Conselho Municipal da Juventude fosse hoje constituído no Concelho de Sesimbra, seria o Presidente da Câmara a presidir, cinco Eleitos da Assembleia Municipal, um de cada Força Política, um representante no Conselho Regional da Juventude que seria um Técnico da Câmara Municipal, a Associação Surf Clube de Sesimbra, a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Sampaio, os três Grupos de Escuteiros porque estavam integrados nos grupos informais definidos num Decreto-Lei próprio e os representantes das Juventudes Partidárias, o que fazia com que a sua composição tivesse mais políticos do que jovens. -----

----- A **Presidente da AMS** questionou o líder do Grupo proponente se aceitava que este documento baixasse à Comissão 3. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que a implementação deste Conselho era uma imposição legal, logo, deveria fazer-se cumprir o que estava legalmente previsto. Disse ainda que se os Deputados quisessem discutir melhores formas da sua implementação, havia abertura para o fazer em reunião de Comissão mas que deveria ser votado neste momento. Disse ainda que havia disponibilidade para fazer alguma alteração e deixar apenas o último parágrafo. -----

----- A **Presidente da AMS** esclareceu o Deputado que todos haviam estado presentes aquando do acordo sobre esta matéria e que tinha sido claro, especificamente para este assunto, atendendo à particularidade de haver dois minutos de intervenção para cada bancada e posteriormente prosseguir-se com a resolução: a Comissão ou deliberação. Uma vez que não havia aceitação e não havia acordo de baixar à Comissão, o documento iria ser votado. -----

----- Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que solicitou cinco minutos de intervalo-----

----- Após o regresso aos trabalhos, tomou do uso da palavra o **Deputado João Pólvora** que disse que o Grupo Municipal do PS aceitara a proposta das restantes forças políticas de baixar a proposta à respectiva Comissão. -----

----- A **Presidente da AMS** disse que uma vez que havia a aceitação dos proponentes para que a esta matéria baixasse à Comissão 3, passou à sua deliberação. -----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou por **unanimidade**, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar à Comissão Sociocultural, a Recomendação com o título “Implementação do Conselho Municipal de Juventude em Sesimbra”. -----

----- A Presidente da AMS declarou depois aberto o **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS”**, tendo sido cedida a palavra ao munícipe **Victor Louro** que abordou a participação e comportamento inapropriado da CMS em assunto de segurança e perigo de incêndio. -----

----- O munícipe cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção referindo que, infelizmente, vinha a contra gosto, num ato de resistência cívica e que se tivesse precisado de coragem, tê-la-ia tido da parte dos jovens que aqui tinham estado presentes e da própria atitude que o Executivo Camarário tinha em relação à Assembleia Municipal de Jovens. -----

----- Começou por dizer que a questão que o trouxera hoje à Assembleia começara com um problema com o perigo de incêndio e que acabara, no seu entender, por se transformar numa questão política. ----

----- Referiu que nos primeiros dias de outubro, em frente à sua casa, situada nos Fornos, um vizinho seu havia depositado uma quantidade exagerada de ramos de pinheiro resultante de uma desramação na sua quinta. O munícipe referiu que quando conseguira observar as pessoas que estavam a efetuar essa operação, se havia manifestado e que as mesmas ainda teriam voltado para trás com mais duas cargas de material. Ficara acumulada uma muralha de ramos de pinheiro com cerca de 15 metros de comprimento por baixo da copa de um pinheiro manso situado num terreno da CMS e a 5 metros de distância de um posto de transformação da EDP e este episódio passara-se em dias de alerta vermelho praticamente em todo o País para o risco de incêndios-----

----- O munícipe disse que fizera uma comunicação para o Serviço do Ambiente da Câmara Municipal e que menos de uma hora depois já lá estava o fiscal mas a verdade é que mesmo com três telefonemas que fizera em dias sucessivos, numa das vezes o assunto estava para despacho, noutra iria ser notificado, noutra já tinha sido notificado mas o material permaneceu no mesmo local. Disse que estivera presente numa reunião da Câmara realizada no dia 15 de novembro onde havia colocado esta questão e dadas várias respostas e não esclarecimentos, continuando o material depositado no mesmo local até meados de dezembro. Disse que felizmente não havia acontecido nada porque se tivesse acontecido, iria ser curioso ver como se iriam repartir as responsabilidades. -----

----- Referiu que este era o perigo, onde se transformava numa questão política, se era no facto do próprio ter feito três pedidos escritos, via *e-mail*, acompanhados de contacto telefónico, para ser esclarecido de quem tinha suportado os custos da CMS naquela operação que tinha implicado o trabalho

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de uma equipa da Autarquia porque tinha sido um camião-grua da CMS a remover todo o material por três vezes, questão essa que não lhe havia sido respondida. -----

----- Solicitou ainda para ter acesso ao respectivo processo, uma vez que, se tinha havido uma notificação resultante da intervenção do fiscal da Autarquia, teria e haver um processo e o munícipe disse não perceber como é que uma Autarquia que tinha os cuidados de promover a participação cívica, tinha depois um comportamento que não deixava o munícipe confortável, dando a impressão que havia algo para esconder mas essa era uma função que competia à Assembleia Municipal, no seu exercício de fiscalização dos atos do Executivo, aprofundar ou não esta matéria.-----

----- A+enas solicitou que lhe fosse respondido e como em três *e-mails* enviados acompanhados por telefonemas, tal não tinha sido conseguido, o munícipe optar por, no dia 24 de abril, apresentar um requerimento formal ao abrigo do Código de Procedimento Administrativo e passados quase sessenta dias continuava sem qualquer resposta. -----

----- Em seguida, tomou do uso da palavra o munícipe **José Carlos Dias** que cumprimentou todos os presentes e disse estar satisfeito por ver as máquinas finalmente a trabalhar na Lagoa de Albufeira a afundar algo para a parte Norte mas que continuava desgostoso e triste porque se continuava a ter cada vez mais um areal em vez de uma lagoa que prejudicava cada vez mais a flora e a fauna indígenas. Referiu que a Lagoa estava constantemente a fechar e que hoje o próprio havia tido o cuidado de se tentar integrar com as pessoas e aquilo que lhe diziam era que para o lado da Lagoa havia 2 metros de areia e para o lado do mar havia cinco, o que em termos de volume correspondia a toneladas de areia. Disse crer que esta situação se repetia todos os anos mas também tinha a informação que o Secretário de Estado, com o Sr. Presidente e outras Autoridades estaria a tentar, de certa maneira, modificar esta situação pela qual o munícipe já lutava desde alguns anos e até já perdera a conta às vezes que tinha vindo à Assembleia falar sobre esta matéria. Salientou que a Lagoa não era objeto de desassoreamento ou de algo profundo há 20 anos e que se houvesse algum Património em Sesimbra que merecesse uma atenção especial seria também a Lagoa de Albufeira.-----

----- Referiu também as ciclovias desniveladas, com vegetação e que se tornavam inoperantes e intransitáveis, uma situação fácil de alterar agora que se aproximava o Verão, visto que cada vez mais as pessoas gostavam de andar de bicicleta e até estava “na moda”. Referiu que existiam zonas que haviam sido programadas par estacionamento e estavam igualmente cheias de “mato” e que poderiam ser alteradas com a proximidade da época das férias. O munícipe afirmou que o próprio já tivera de chamar por duas vezes a GNR porque mesmo com o seu carro dentro da sua propriedade, houvera alguém que

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha estacionado a viatura em frente ao seu portão. Disse ainda que tinha conhecimento de estarem a ser estudados protocolos com a LIALA (Liga dos Amigos da Lagoa de Albufeira) para a limpeza de terrenos. -----

----- Em seguida o munícipe fez a seguinte intervenção, que se passa a transcrever:-----

----- *“Temos outra história caricata que eu e a minha comitiva tivemos a infelicidade de observar este domingo, talvez isto seja uma surpresa para vocês como foi para mim, mas fomos dar com caixotes cheios de revistas, esta revista que aqui tenho que é a 185, não era tão antiga quanto isso, era de março de 2018, era recente, fomos dar com isto nos contentores ao pé do mercado. Mas centenas, não faço ideia, não contei as caixas todas mas se cada caixa daquelas tiver 50, imagine então um contentor cheio. Isto com uma edição de 5000 há que chamar a atenção de quem anda a distribuir isto de que o caixote do lixo não é propriamente o local mais indicado.”* -----

----- Após esta intervenção, o munícipe referiu ser contra o corte de pinheiros, principalmente os mansos, mas entendia que ramos secos ou pernadas pudessem ser reduzidos, de maneira a que estivessem a uma altura de pelo menos 3 a 4 metros porque mesmo que houvesse um incêndio rasteiro, se pudesse proteger a copa. Antes de terminar pediu que não fosse levado a mal o que havia sido dito e não fosse visto como críticas pois estavam todos no sentido de ajudar a resolver estes problemas, pois era para isso que estavam reunidos e era importante que houvesse alguém que falasse destas matérias e mostrou-se igualmente satisfeito com a presença dos jovens esta noite que apresentaram as suas ideias salutareis e inovadoras e essa era a principal garantia de que havia um futuro e a democracia assegurada em Sesimbra. -----

----- A **Presidente da AMS** referiu que a intervenção do munícipe era feita em nome individual e em seguida, cedeu a palavra à munícipe **Adelaide Silva**. -----

----- A munícipe começou por cumprimentar todos os presentes e disse que o motivo que a trazia a esta Assembleia estava relacionado com o período desde que havia sido construído o novo mercado municipal pois tinha um telefone e estava á cerca de três anos á espera que fosse colocada uma linha para poder ter telefone. Disse já ter ficado sem três telemóveis, uma vez que caíam dentro de água ao atender os seus clientes e que também precisava de uma armação para poder colocar um aparelho multibanco porque também apanhava água. Solicitou que fosse colocada identificação nas portas do WC, bem como na porta que dá acesso aos serviços da CMS a interditar a passagem a pessoas estranhas pois muitas passavam por essa porta para o piso inferior a pensando que se trata de um espaço de venda mas é o local onde se encontram os frigoríficos. Solicitou que fosse colocado um vaso com terra à entrada de

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

acesso à venda do peixe, pois as beatas ficavam espalhadas no chão. -----

----- A munícipe referiu que já tinha falado com o Presidente da CMS no mês de janeiro e que aguardava uma resposta desde essa altura. Há três anos que pagava à PT um serviço do qual não usufruía e que lhe fazia bastante falta. Apelou que lhe fosse dada pelo menos uma resposta para saber se tal podia ser possível ou não. -----

----- Interveio o **Presidente da CMS** que disse não saber o ponto de situação da questão colocada pelo munícipe Victor Louro e admitiu que esta matéria estaria na Divisão de Assuntos Jurídicos e reconhecia que o colocado na parte final de 60 dias ao artigo do CPA não era, de facto exequível mas que certamente lhe seria dada uma resposta. Disse não saber se teria sido levantada alguma notificação mas que essa matéria havia sido respondida numa reunião de Câmara mas não sabia se estaria a decorrer algum processo de contra-ordenação. O Presidente comprometeu-se em tentar perceber o ponto da situação na próxima semana. -----

----- Em relação às questões colocadas pelo munícipe José Carlos Dias, o Presidente disse que se tratava de um imperativo legal da Administração Central que não era cumprido e que a responsabilidade da abertura da Lagoa de Albufeira não era da Autarquia. Já tinha sido da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e neste momento era da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Disse que no ano de 2017, a CMS havia feito uma Candidatura ao Fundo Ambiental para 2 anos porque já alguns anos que havia um protocolo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em que a Autarquia assumia o pagamento de 50% e a CCDR dos outros 50% mas que este protocolo já não existia desde que a gestão tinha passado para a Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH). Referiu que a verba aprovada pelo Fundo Ambiental estava praticamente esgotada e o grande problema que se colocava na Lagoa de Albufeira era a necessidade de desassoreamento de todo o plano de água e havia um compromisso verbal com a Secretária-de-Estado e que a CMS tinha o estudo da APA com a possibilidade de intervenções que apontava para três soluções. Uma teria um custo de 3 milhões de euros e seria fazer o desassoreamento e depois continuar a fazer a abertura natural que era mais defensável a nível ambiental e científico. Outra das soluções passava pela abertura de um canal definitivo que trazia algumas reservas do ponto de vista ambiental e a terceira solução passava por um canal subterrâneo que de acordo com a informação do estudo nunca havia sido implementado não havendo garantias da viabilidade desta operação. -----

----- Disse que a questão do desassoreamento já tinha sido discutida por três ocasiões com o debate desta necessidade com a Secretária-de-Estado uma vez que a Autarquia não poderia estar

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

sistematicamente a gastar centenas de milhares de euros com a abertura da própria Lagoa de Albufeira e que ao fim de dois ou três dias estaria novamente encerrada. Disse que neste momento estava a ser feita uma operação com a abertura de um canal mais profundo para qua a lagoa se mantivesse aberta por mais tempo.-----

----- A questão das ciclovias era um problema existente no Concelho e não apenas na Lagoa de Albufeira e era uma das prioridades do Orçamento para 2018, em operacionalizar toda a estrutura de limpeza e higiene urbana, quer em termos de recursos urbanos quer em termos de meios por forma a ser garantida a optimização desse serviço prestado. Este ano, essa dificuldade tinha sido agonizada pela “esquizofrenia” de limpeza dos terrenos e era verdade que tinha de ser realizada mas que grande parte da equipa de limpeza urbana estava deficitária em termos de recursos e de meios para proceder à limpeza de terrenos municipais e também de terrenos particulares. Informou que a CMS tinha previsto e estava a decorrer um Concurso para a limpeza de terrenos e vias públicas significando que atualmente não havia essa capacidade e que no caso da Lagoa de Albufeira havia zonas já protocoladas com a Liga dos Amigos da Lagoa de Albufeira (LIALA) e havia também o compromisso da CMS com esta Entidade para a ampliação das áreas e que esta descentralização por proximidade funcionava melhor do que se fosse a própria Autarquia a fazê-lo. Por este motivo, tinham já sido realizadas algumas reuniões para o acerto de valores e das áreas.-----

----- Relativamente à questão dos pinheiros, referiu a dificuldade do Serviço Municipal de Proteção Civil no entendimento da Legislação que era um pouco ampla mas que abarcava um conjunto de circunstâncias. Disse que a CMS pedira apoio ao próprio Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), apesar das dificuldades que tinha, para conseguir acompanhar e fiscalizar mais porque a Autarquia não tinha meios para o fazer.-----

----- Em relação às questões colocadas pela munição Adelaide Silva, o Presidente da CMS disse que já lhas tinha colocado e que hoje se tinha esquecido de referir o relógio. Referiu que as duas questões mais complexas eram as do multibanco e do telefone. Disse que também lhe havia feito alguma confusão e que tinha sido necessário procurar o porque e os constrangimentos que levavam a que as linhas não estivessem a funcionar e que se estava a guardar, pois era uma operação na qual também estava incluída no concurso público para todas as telecomunicações fixas e de dados móveis da Câmara Municipal e que só após a conclusão do concurso que estava a decorrer é que haveria condições para se ter essa linha telefónica. Na última reunião da Câmara Municipal tinham sido efectuadas algumas alterações ao procedimento por haver alguns erros e omissões no caderno de encargos e tinha sido necessário fazer

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

algumas retificações ao programa de concurso. -----

----- Disse que a questão do multibanco já tinha sido colocada a um conjunto de Entidades e a que estaria mais próxima de garantir essa viabilidade era o Crédito Agrícola, sendo que seria um multibanco interno. As instituições financeiras solicitaram à Câmara que o mesmo ficasse virado para o exterior mas não havia condições em termos de revestimentos e das paredes existentes para essa estrutura.-----

----- Relativamente à sinalética do WC e da interdição à passagem para o piso inferior, disse que se encontrava um processo de reformulação de toda a sinalética do Mercado devido à nova imagem gráfica da CMS e que poderia estar concluído dentro de 15 dias.-----

----- Em relação aos cinzeiros, disse que a Autarquia estava num processo de adjudicação para a sua colocação num conjunto de edifícios públicos na Vila de Sesimbra. -----

----- A **Presidente da AMS** disse que o Presidente da CMS havia dito que daria conhecimento à Assembleia Municipal as questões relacionadas com a matéria da Lagoa de Albufeira e que assim que essa informação chegasse aos serviços, a sua divulgação seria feita pelos Deputados da Assembleia.-----

----- Relativamente às restantes questões colocadas, disse que já em situações anteriores, havia sido feita a proposta de acordo de reunião entre o Presidente da CMS ou os Vereadores com os munícipes a fim de tratar questões pendentes e não sabia se era uma questão que dizia respeito ao caso do Sr. Victor Louro, uma vez que o Presidente da CMS não tinha condições de poder dar o ponto da situação neste momento, podendo ser colocada a possibilidade de ser agendada a marcação de um encontro para poder ser feito esse esclarecimento.-----

----- O **Presidente da CMS** sugeriu o dia de segunda-feira para poder avaliar e verificar o ponto da situação e que posteriormente entrar-se-ia em contacto com o Sr. Vitor Louro, não só para dar as respostas necessárias mas também para algum esclarecimento adicional e a consulta do processo. -----

----- A **Presidente da AMS** deu início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: “Apreciação da Atividade Municipal” e disse que, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, este ponto havia sido contemplado na última revisão do mesmo e que, face a uma experimentação entretanto realizada, havia sido acordado entre todos, estando explícito no artigo 37º, o tempo de intervenção de cada Grupo Municipal em 10 minutos, para que depois o Presidente da CMS tivesse 50 minutos para responder às questões colocadas. -----

----- O **Presidente da CMS** informou que se havia estabilizado o Projeto do Tribunal de Sesimbra e que neste momento estava praticamente concluído para a realização do concurso público para a execução do novo edifício da justiça de Sesimbra. Paralelamente a este aspeto, como era conhecimento desta

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal com a alteração que o município entendera sobre a localização do Cento de Saúde e que o estudo prévio e o Projeto de arquitetura no Largo do Calvário também já estava estabilizado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT). Este investimento estava estimado em cerca de 1,2 milhões de euros e neste momento aguardava-se uma data para a alteração do contrato de financiamento, tendo em conta que também seriam alterados os pressupostos e a localização.-----

----- Relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, disse que o contrato de financiamento tinha sido assinado durante a vigência do atual Executivo, o projecto de arquitectura estava concluído à época e neste momento, os projectos de especialidade estavam praticamente prontos, estando o município dependente da necessidade identificada já na fase de projeto de especialidades de poder obter mais uma faixa de quatro metros de terreno junto à atual escola, quer por força da necessidade de se ter uma saída de emergência junto ao pavilhão da escola, quer para a colocação de uma estação elevatória na parte exterior da escola. Tratava-se de um conjunto de proprietários e de uma parcela de terreno que não tinha capacidade construtiva e que na próxima semana, o Vereador José Polido iria tentar finalizar a negociação de realização de uma permuta para que a CMS tomasse posse desse terreno sendo que, o projeto estava pendente desta negociação que era a principal razão para o atraso do processo de lançamento do processo concursal para a ampliação e requalificação deste estabelecimento de ensino. -

----- Informou que a CMS decidira, em dezembro, a não adjudicação do procedimento de ampliação da Escola do Conde nº2 com Auditório e que já havia sido lançado um novo procedimento apenas com a nova escola e onde se aferira uma eventual nova localização e reformulação do projeto do Auditório/Multiusos, já do conhecimento da Assembleia Municipal.-----

----- Disse que as obras do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) estavam a avançar em Sampaio, tendo sido o primeiro troço a arrancar, e que já tinham sido adjudicados os troços Maçã-Santana e Alfarim-Caixas e ainda entregues as Candidaturas dos restantes com exceção da Azoia por opção da própria Câmara Municipal porque a partir do momento da apresentação da Candidatura, tinha um prazo de cerca de 6 meses para iniciar a obra e tendo em conta que estava a decorrer a obra do saneamento e também um concurso a decorrer para a substituição da conduta da água, a Autarquia ficaria sem qualquer margem e iria protelar a entrega dessa candidatura para o final de 2018 para ganhar tempo para intervencionar toda a zona da Azoia. Realçou que as restantes empreitadas da Azoia estavam em curso e o somatório do tempo destas duas intervenções apontava para 500 dias, o que se tornava um desagrado para a população ter uma intervenção de quase dois anos de intervenções difíceis como eram as do saneamento.-----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- No caso do PAMUS, relativamente à HUB 10 da Quinta do Conde, disse que estava a ser terminada a fase dos projetos de possibilidades das intervenções. Referiu a negociação com a Câmara Municipal do Barreiro para o prolongamento do projeto para a estação de Coina e também o prolongamento por parte da Câmara Municipal de Setúbal para a zona dos Brejos de Azeitão. -----

----- O Presidente informou também que neste período tinha sido feita a candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) para a reabilitação da Moagem de Sampaio, ou seja, para as cadeias curtas de mercados locais, nomeadamente para os produtos regionais que lá eram comercializados. -----

----- Relativamente às obras da Marginal, disse que estavam ligeiramente atrasadas em função daquilo que era esperado e que felizmente, tinha sido possível uma flexibilidade na questão da Bandeira Azul com as Entidades, nomeadamente com a ARH e a APA, tendo sido entregue na semana passada, a bandeira azul na Praia da Califórnia por ter havido um atraso na conclusão da zona do passadiço. Disse que a sapata da marginal do lado poente ainda estava por terminar e era expectável que ficasse concluída durante a próxima semana.-----

----- Disse que havia também um conjunto de candidaturas a eficiência energética que já tinham sido submetidas, bem como as candidaturas para reabilitação dos bairros de habitação municipal do concelho.

----- Referiu que a CMS tinha adquirido duas viaturas que faziam parte do orçamento de 2017 e que só tinham sido entregues este ano e que se tratavam de uma viatura RSU e uma nova grua para os serviços de higiene e limpeza urbana.-----

----- Para terminar, em termos de questões orçamentais, disse que a 31 de março, no orçamento de 51 milhões de euros, já havia um compromisso de 22 milhões de euros e que 9 milhões já estavam pagos, o mesmo valor que na receita. Nesta data estava feita uma execução de 17% daquilo que era a estrutura do orçamento da CMS.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que relativamente à reunião da CMS realizada no dia 09 de maio, era referido que tinha havido uma adjudicação para a instalação de uma Central solar na Freguesia do Castelo pretendida pela Sociedade Unipessoal “Vertente Planetária”. Disse não ter nada contra esta sociedade mas que queria saber a que se referia esta Central. Em relação à Moagem de Sampaio, disse que ainda se mantinha uma falha de iluminação junto à passadeira e questionou se a situação poderia ser verificada para ser resolvida.-----

----- De seguida, o Deputado perguntou em que fase se encontrava a reestruturação orgânica da CMS e quais as perspetivas relativamente a esta matéria.-----

----- Perguntou qual o enquadramento da reunião com a firma António Xavier de Lima (AXL) sobre a



Assembleia Municipal de Sesimbra

reconversão urbanística e relativamente à Feira Festa, disse que o MSU lá tinha estado e que a percepção que tivera era de que se tratava de uma festa cujo modelo atual estava um pouco esgotado. Esperava que o local da sua realização fosse alterado e sabendo que havia uma Comissão para a sua organização mas que a Autarquia tinha uma intervenção de apoio a este evento, questionou se havia alguma perspetiva da CMS em ter uma intervenção mais ativa, nomeadamente na reformulação desta iniciativa.

----- Disse ainda que, face à nova marca *Sesimbra*, e sabendo que para tal não era necessário ter sido feita uma consulta à AMS, seria simpático, por parte do Executivo, a realização de uma reunião com a respetiva Comissão (Comissão 4), para a apresentação da nova imagem, antes da apresentação pública do Projeto. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que após o Carnaval, se tinha realizado uma reunião com as diversas Escolas de Samba, na qual havia estado presente o Presidente da Câmara e perguntou qual o objetivo e conclusões da mesma, bem como a avaliação do Carnaval de 2018 e quais os planos para 2019. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que o Presidente da CMS já tinha respondido a algumas das questões que a bancada do PSD iria colocar mas deixou algumas sugestões.---

----- Começou por dizer que era urgente uma intervenção na Escola de Sampaio, alertou para a falta de passadeiras existentes no Concelho, que as tintas tinham desaparecido e que se estava em época balnear, sendo preciso a activação da pintura destas mesmas passadeiras. Sugeriu ainda uma passadeira na Avenida principal da Quinta do Conde, junto ao *Millenium*, em frente à casa das rações. -----

----- Referiu que o elevador do edifício do Mar da Califórnia continuava sem funcionar e alertou para a recolha do lixo no Concelho, nomeadamente na freguesia de Santiago, pois os *moloks* continuavam vazios e o lixo continuava a ser depositado no seu exterior, situação que teria de ser invertida. -----

----- Referiu ser do conhecimento de todos as dificuldades do passado mas era tempo de agir e perguntou se, em caso de necessidade, a Autarquia estaria disponível para contratar alguma empresa para efectuar esta recolha. Referiu o tema “esquecimento” ou “falta de respeito” e que já tinha sido referido pelo munícipe, aquando da sua intervenção, a questão da abertura da Lagoa de Albufeira e que já há muitos anos que esta abertura era suportada pela Câmara Municipal, quando a Agência Portuguesa do Ambiente pagava, de norte a sul do País, as aberturas das Lagoas. Perguntou se alguma vez a CMS, tinha apresentado alguma fatura para ser ressarcida. -----

----- Salientou ainda o temporal que assolara o País, nomeadamente Sesimbra e os custos que a Autarquia teria de suportar. Em seguida, disse que resultando da visita feita na passada semana, havia

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma janela de oportunidade para a Feira Festa da Quinta do Conde com a recolocação dos dois edifícios no espaço da Feira Festa, tendo a mesma de mudar de instalações e que seria necessário ser bem pensado qual o modelo que este evento deveria ter, sobre o lema: “menos dias, melhor cartaz”. -----

----- Relativamente à questão sobre as permutas de terrenos na Quinta do Conde devido à colocação de edifícios deste espaço, disse que o PSD estava disponível para trabalhar e viabilizar alguma solução credível com as pessoas que teriam de fazer estas permutas.-----

----- Sugeriu que estava na altura de Sesimbra, mais uma vez, trazer para esta freguesia, a realização do Dia da Marinha. Existiam 4 anos para esta realização no Concelho. -----

----- Disse que o Presidente da CMS abordara o tema das obras mas que o próprio intitulava a miragem, o deslumbramento e o ilusionismo. Era sabido que o Tribunal de Sesimbra já tinha os seus Projetos mas ainda não estava concretizado. Disse que não tinha sido referido o Hospital do Seixal e que ainda faltava a solução do antigo Centro de Saúde da Quinta do Conde e ainda a Escola Secundária do Peru. - -----

----- Em termos financeiros, o Deputado disse que em abril, havia sido dito nesta Assembleia Municipal, que a gestão da CDU tinha princípios sociais-democratas e seria referido novamente, pois se os números fossem vistos, a dívida de curto prazo no ano de 2005 era de 7.000.000€ e em 2018 era de 2.700.000€ e a dívida de médio/longo prazo em 2005 era de 18.600.000€ e no ano de 2018 era de 15.000.000€. O pagamento a fornecedores em 2005 era de mais de cem dias e que atualmente era a pronto pagamento, ou seja, de 30 dias. Tratava-se de uma gestão à social-democrata e que iria ser percebido o porquê. Disse que a dívida pública em 2015, momento que em que o PS se apoderara do Governo, era de 231 mil milhões de euros e que em janeiro de 2018 era de 244 mil milhões de euros. Em março, esta dívida já era de 246 mil milhões de euros. Disse que Eça de Queirós havia escrito o romance “A Tragédia da Rua das Flores” e podia dizer-se que a qualquer momento dar-se-ia a tragédia da Rua de S. Bento. Referiu ainda que na obra de Eça de Queirós existia uma personagem chamada *Genoveva* e que, atualmente havia um António Costa. Este romance anteriormente referido terminava com a morte de *Genoveva* que se atirava da dita Rua das Flores e que neste caso concreto, ver-se-ia, novamente, António Costa a pedir ajuda externa. -----

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Sandra Carvalho** que prestou um esclarecimento ao Deputado João Rodrigues, embora não se encontrasse na sala, dizendo que relativamente à referência feita à imagem da CMS ser apresentada à Comissão “4”, lembrou que todos os membros da Assembleia Municipal tinham sido convidados para estar presentes na apresentação pública da mesma onde foi

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

apresentada em detalhe e explicados os objetivos, facto pelo qual não ter havido a necessidade de ter sido dada uma explicação relativamente à mesma nesta Comissão.-----

----- Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que fez uma relevância à questão da boa relação e do trabalho que o Governo estava a realizar em articulação com a Câmara Municipal que pelos vistos estava a ter resultados, com o Presidente da CMS a explicitar e apresentar algum do trabalho realizado. Referiu ainda que estava a trabalhar-se para o bem do País e do Concelho.-----

----- O Deputado referiu o Plano Municipal de Emergência e disse que, tal como era sabido, havia estado em consulta pública e questionou quando é que a mesma tinha tido início e qual o número de comentários recebidos nesse processo. Referiu ainda que nesse documento, nomeadamente no ponto 3.1.2 referente à rede marítima, nem todas as Entidades que tinham atuação na área portuária estavam identificadas nesse relatório. Disse que havia uma questão que o tinha deixado com alguma preocupação porque este processo de consulta pública havia estado disponível no *site* da CMS para conhecimento dos munícipes mas que, no entanto, existiam alguns documentos que tinham deixado alguma apreensão como o anexo da rede de depósitos de gás e de petróleo que estava acessível a toda a gente, bem como a rede de telecomunicações e todos os pontos de transmissão de telecomunicações do Concelho. O Deputado fez ainda referência ao mapa da rede eléctrica.-----

----- Disse que o acesso a alguma informação poderia ser complicada em termos de mentes mais maldosas e questionou se estes anexos eram legalmente necessários para divulgação ou se poderia ficar alguma reserva sobre estes dados aquando da publicação do Relatório, uma vez que a sua publicação poderia trazer algumas questões de segurança e salientou que a resolução 30/2015 de 07 de maio poderia dar algumas pistas sobre este aspeto.-----

----- Referiu que o Grupo Municipal do PS, acompanhado de alguns cidadãos no último domingo, dia 10 de junho, acabara por fazer uma pequena visita à Lagoa de Albufeira, onde haviam sido identificadas algumas questões e uma das que gostaria de referir a visita ao mercado da Lagoa onde recebera, por parte das pessoas que lá trabalhavam habitualmente, um conjunto de queixas relativamente às condições de limpeza e à necessidade de obras, uma vez que as caleiras continuavam no interior dos módulos de venda e existiam ervas por limpar. Referiu que aquando da obra para a instalação de um quadro eléctrico, os operários haviam lavado os seus equipamentos no lavatório, tendo ficado uma banca de peixe completamente entupida, bem como a falta de pontos de água para lavagem dos módulos antes do mercado ocorrer. Salientou ainda a degradação do pavimento e que quando aquele espaço havia sido pensado era para ter outros equipamentos, o que até hoje não tinha sido concretizado e questionou a

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

CMS sobre o que estava determinado em relação a esse aspeto. -----

----- Para terminar, o Deputado disse que lhes havia sido reportado que a clínica Clidizimbra tinha um lugar para ambulâncias na Rua da República e que havia deixado de ter acesso ao mesmo e pediu um esclarecimento sobre essa questão.-----

----- Tomou do uso da palavra a **Deputada Bertina Duarte** que cumprimentou todos os presentes e disse que gostaria de colocar uma questão relativamente às ciclovias da Lagoa de Albufeira, pois tal como havia sido referido pelo munícipe Carlos Dias, não se tratava apenas de uma questão de limpeza das mesmas. A Deputada disse que era uma utilizadora das ciclovias e ficava muito grata pela sua existência no Concelho e questionou se havia um conhecimento do estado em que se encontravam porque o problema não era apenas as ervas mas sim o facto de as ciclovias não estarem transitáveis. Referiu que no atravessamento de cada troço, havia um degrau impossibilitando a circulação das bicicletas, havendo a necessidade de descer e passar a estrada com a bicicleta. Disse que no seu caso, tinha por hábito passear nessa zona aos fins-de-semana e que chegava a circular na faixa de rodagem ao lado da ciclovia juntamente com o grupo que a acompanhava, chegando a “receber” apitos dos automobilistas que por sua vez não percebiam o porquê dos ciclistas circularem na faixa de rodagem e não utilizarem a ciclovia que se encontra ao lado. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que fez questão de assinalar a data de 14 de junho de 1978 como a data da descoberta da Gruta do Zambujal. Este assunto já tinha sido levantado na AMS mas não tinha conseguido detetar no expediente na actividade municipal se teria havido alguma informação. Referiu que o Decreto-Lei nº 242/2015 determinara a requalificação da gruta como monumento e que tinha havido dois anos para o fazer, prazo que terminara em dezembro de 2017.-----

----- Questionou se a CMS tinha alguma informação relativamente às Exposições dos PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território) e as incompatibilidades com a orla costeira com o POC-ACE (Programa de Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel) e o teor da pronúncia da CMS à APA (Agência Portuguesa do Ambiente) relativamente a esta matéria. -----

----- Referiu uma decisão da Câmara Municipal em relação à restrição de circulação na estrada entre o Sentrão e o Ribeiro de Cavallo e solicitou alguns pormenores sobre essa questão. -----

----- No âmbito do Gabinete Municipal do Ambiente e Sustentabilidade, perguntou se havia alguma informação disponível relativamente ao Apoio ao Procedimento da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do empreendimento turístico da Herdade Mata do Rei, pois desconhecia o empreendimento em questão, bem como a Mata do Rei e quem estava a fazer o estudo de impacto ambiental mas que existia um apoio.

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que disse que no jornal que tinha sido hoje entregue aos Deputados da AMS, estava referenciado que o Concelho de Sesimbra receberia 85.587€ e que seria interessante saber qual o valor que a CMS havia investido nestas reabilitações.-----

----- Interveio o **Deputado José Guerra** que questionou se a CMS conhecia ou tinha dados relativamente à percentagem de mato que não havia sido cortada no território do município. Perguntou também se havia novidades sobre o novo canil e para terminar, propôs à Câmara Municipal ter uma viatura própria para o transporte de pessoas idosas e portadoras de deficiência aos Centros de Saúde devido à dificuldade que tinham em deslocar-se, bem como para o transporte de medicação necessária a estes utentes. -----

----- Interveio o **Presidente da CMS** que relativamente à questão sobre a reunião com a Central Solar realizada no dia 09 de maio, disse que havia uma Entidade que tinha abordado a Câmara no sentido da possibilidade de colocar uma central solar na freguesia do Castelo. Foi feita uma apresentação dessa operação e há dois dias a mesma Entidade fizera um pedido de informação não vinculativa que teria de ter uma leitura coma a identificação dos solos da Herdade da Mesquita feita à luz das condicionantes da equipa do Plano Director Municipal (PDM) e que em breve seria dada uma resposta a esta solicitação.---

----- Sobre a questão da Moagem de Sampaio, o Presidente disse que essa área tinha ficado às escuras mas que a situação estava resolvida, embora houvesse uma lâmpada fundida, assunto já reportado à EDP pela própria Junta de Freguesia do Castelo.-----

----- Informou que a reestruturação orgânica da CMS estava, neste momento, em fase de estabilização e que tinha havido alguns contributos dos serviços e era expectável que durante o mês de julho pudesse ficar estabilizada a arquitetura do ponto de vista da criação de unidades orgânicas, nucleares e flexíveis e que esta matéria teria de ir à Câmara Municipal antes de Setembro de 2018 e posteriormente à Assembleia Municipal.-----

----- Relativamente à questão da empresa António Xavier de Lima (AXL) e reconversão urbanística, admitiu que tinham sido realizadas um conjunto de reuniões sobre as AUGI's do Casal do Sapo. A AXL era a maior proprietária que parcelava os terrenos nas AUGI's do Casal do Sapo e Courelas da Brava e a que tinha o ónus maior do ponto de vista daquilo que eram as responsabilidades financeiras para a CMS e estava a tentar encontrar-se uma solução porque tornava-se um problema quando se tinha um proprietário desta natureza num processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal em que o próprio não participava com as suas obrigações.-----

----- Relativamente à Feira Festa, disse que preferia não se pronunciar sobre o modelo e que não

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

deveria ser a Assembleia Municipal a definir, muito menos a Câmara Municipal mas que esta questão poderia partir de uma conversa com a Comissão organizadora que eram os representantes de todo o Movimento Associativo da Quinta do Conde. Disse que a Assembleia Municipal poderia organizar uma reunião com esta Comissão para a discussão da visão desta Comissão organizadora sobre o conceito da Feira Festa num quadro de autonomia que os organizadores deviam ter e que a CMS tinha acompanhado, de certa forma, com as suas sugestões. -----

----- Em relação à nova imagem, disse que todos os elementos tinham sido convidados para a apresentação com todos os esclarecimentos e onde tinha sido explicitado o conceito associado à nova imagem gráfica. Esta matéria nem sequer tinha sido presente em reunião de Câmara, tendo sido apenas explicado aos Vereadores o novo *restyling* da imagem, uma vez que não se tratava de uma matéria suscetível de enquadramento numa deliberação municipal. Disse que a Unidade de Informação e Comunicação da Câmara Municipal já tinha uma proposta de um *restyling* do logotipo do município e houve um repto que era não se fazer este *restyling* mas, com base num conjunto de experiências conhecidas, quer a nível nacional mas sobretudo a nível internacional, partir-se para algo mais arrojado como uma identificação da marca de todo o território de Sesimbra em detrimento de se ter todo um conjunto de *logos* institucionais associados à Câmara Municipal, ao Turismo e a todas as áreas do município bem como dos próprios operadores turísticos, desaparecendo a referência à própria Câmara Municipal. Disse que a questão criativa havia ficado na esfera dos criativos. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Deputado Rui João Rodrigues, disse que a reunião com as Escolas de Samba se tinha tratado de uma reunião de avaliação sobre o Carnaval e que tinha corrido relativamente bem, com uma discussão frontal sobre as visões de cada um. Disse que fizera questão de estar presente nesta reunião que era o esforço necessário quer por parte do Movimento Associativo ligado às Escolas de samba porque cada vez mais tinha de se ter um Carnaval não apenas como uma animação cultural mas como um produto até pela sua implementação na respetiva época do ano e ter um grande enfoque ao nível de um produto turístico e da parte dos operadores turísticos que muitas vezes tinham reservas e precisavam de ter a perceção que o Carnaval deveria ser entendido como um produto comercialmente vantajoso para a economia local e não apenas como um aspeto de animação. -

----- Em relação às questões colocadas pelo Deputado Lobo da Silva, disse que a urgência de maior intervenção na Escola Secundária de Sampaio transmitida pelo Diretor tinha a ver com a intervenção ao nível da vedação, orçamentada em cerca de 120.000€ feito há oito anos. Referiu que caso se desse a descentralização, o valor previsto para esta Escola era de 20.000€ para a sua manutenção e

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

apetrechamento, ou seja, seriam necessários cinco anos para a colocação da vedação e nada mais seria feito. -- -----

----- Sobre a recolha de lixo no Concelho, disse que já tinham sido contratadas empresas devido à dificuldade dos serviços da Autarquia, mesmo não sendo o que a CMS defendia, quer política quer ideologicamente e por esse motivo havia o reforço do mapa de pessoal em 2019 nestas duas vertentes que eram os recursos humanos e os equipamentos.-----

----- Em relação aos concursos públicos para o serviço da limpeza, os valores ascendiam os 300.000€. Foi também considerado um conjunto de lugares de assistentes operacionais para esta área, bem como os equipamentos. -----

----- Relativamente à Lagoa de Albufeira, disse que a Autarquia se ia substituindo às responsabilidades da Administração Central e era um facto que essa substituição reiterada ao longo dos anos era vista como uma obrigação da Autarquia aos olhos da população. Referiu que esse caminho estava a ser feito com a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território para que esta questão pudesse ser resolvida. -----

----- Disse ter registado a disponibilidade do PSD para soluções relativamente à questão dos terrenos na Quinta do Conde, nomeadamente para a implantação dos equipamentos, quer culturais, quer económicos. -----

----- Relativamente ao Dia da Marinha, e na sua opinião pessoal, disse ter dúvidas que houvesse possibilidade do município receber este dia devido à sua orografia e capacidades da Vila e referiu ainda que a questão do Tribunal de Sesimbra, o Centro de Saúde e a Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho não tinham sido projetos baratos para a Autarquia, tirando o do Centro de Saúde que era elaborado pelos serviços municipais. Os outros Projetos tinham um custo de cerca de 300.000€, o que significava um grande investimento. -----

----- Salientou que não tinha havido aumento dos impostos e que a “ginástica” exercida para ter as contas controladas teria uma diferença “abismal” daquilo que teria sido a gestão mais conhecida e revcente do PSD. -----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Sérgio Faias, disse que concordava com a sua afirmação, o que significava que, por algumas vezes conseguiam ter o mesmo raciocínio.-----

----- Sobre o Plano Municipal de Emergência, o Presidente disse não saber quais tinham sido as datas da consulta pública mas que este procedimento havia passado pelo Gabinete Jurídico, tal como acontecia com todos os outros, e que nestas matérias, os eleitos tinham sempre muitas cautelas sendo as decisões tomadas com base nos pareceres técnicos. -----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Em relação à questão do mercado da Lagoa de Albufeira, disse que estavam previstas algumas intervenções de menor volume, sendo que em termos de intervenção de maior dimensão, era expectável que a Câmara pudesse avançar com um Projeto de Requalificação total no ano de 2019 e que depois dessa recuperação, estava prevista uma Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) que não tinha sido feita nesta fase por não haver um projeto consolidado mas apenas de pequenas intervenções, tendo a Autarquia de se sujeitar a uma abertura de aviso feito pela Associação para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal (ADREPES). Disse que com o assumido pela CMS no quadro desta reabilitação mais integral que passava por ter mais equipamentos, houvesse a possibilidade da Junta de Freguesia do Castelo passar a ter a gestão deste mercado. O Presidente sugeriu que a bancada do PS fizesse chegar à CMS as questões levantadas por forma a ser possível dar uma resposta, tendo em conta que tinham vindo da própria população.-----

----- Em relação ao lugar de estacionamento do Clidizimbra, disse não ter a certeza mas achava que ainda havia um lugar nesse local e que tinha sido pedido mais um lugar, o que não tinha sido atendido por parte da CMS.-----

----- Sobre a questão das ciclovias na Lagoa de Albufeira, disse que desconhecia as zonas de transição mas que seria importante saber qual era o troço efetivo para se poder fazer algumas correcções. Admitiu, sem ter o devido conhecimento, que poderiam ser as zonas de transição das respetivas Augi's.-----

----- Disse não ter qualquer informação para dar sobre a gruta do Zambujal e que o Gabinete de Ambiente e Sustentabilidade estaria a aferir e que a CMS ainda não tinha feito a transmissão das suas ações na sociedade por uma questão de encontro de datas.-----

----- Explicou que a restrição no Ribeiro de Cavallo havia sido meramente por razões de segurança verificada com as autoridades e com o Serviço Municipal de Proteção Civil, tendo em conta o estacionamento naquela zona abusiva à qual não era possível o acesso nos dois sentidos.-----

----- Relativamente à Herdade da Mata do Rei, disse que este procedimento estaria a decorrer e que já tinha dado entrada um pedido na CMS relativamente a um licenciamento de um empreendimento turístico nas Caixas. Referiu que neste momento, havia 6 pedidos de licenciamento de empreendimentos turísticos entre o Cabo Espichel e a Lagoa de Albufeira.-----

----- Sobre a questão colocada pelo Deputado João Valente, disse ainda não estar tudo quantificado relativamente às intervenções na Marginal nesta fase e que a estimativa da CMS apontava para valores superiores a 100.000€ e que a intervenção mais cara era a recuperação do passadiço na praia da Califórnia, acabando por ter sido feita uma versão mais económica e do que aquela inicialmente prevista.

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O Deputado José Guerra perguntara se a CMS teria os dados sobre o que já tinha sido cortado e o que estava por ser cortado e o Presidente disse julgar que o Deputado se estava a referir à identificação das parcelas de terreno para efeitos de limpeza. Disse que esse levantamento estava a ser feito pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida.-----

----- Disse que a questão da carrinha estava, neste momento, considerada no quadro dos Fundos Comunitários e que havia algumas reservas. Um dos projetos apresentados em conjunto com os municípios de Palmela e Setúbal era ter um serviço de proximidade e confessou ter algumas reservas porque considerava uma carrinha muito insuficiente e caso fosse aberto um precedente, não saberia se a CMS teria capacidade de resposta. Disse que era importante não esquecer o serviço efetuado, normalmente em situações não urgentes pelos Bombeiros Voluntários de Sesimbra e caso o doente tivesse participação, era feito a custo zero, participado pelo Ministério da Saúde e que mais uma vez, a CMS estaria a sobrepor-se e a substituir aquilo que seria uma competência que não lhe competia. Relativamente à medicação, disse haver um projecto a funcionar bastante bem na freguesia do Castelo denominado “Saúde Mais” em que os pedidos podiam ser feitos em várias localidades, nas próprias associações e que depois eram enviados para o Centro de Saúde e posteriormente a junta de freguesia fazia essa entrega nos locais definidos. Este serviço destinava-se a doentes crónicos e desde que não houvesse problemas na emissão das receitas dos medicamentos.-----

----- Interveio o **Vereador Francisco Luís** que disse ter tomado em conta as questões colocadas pelo Deputado Sérgio Faias e esclareceu que havia sido feito um acordo com o Coordenador da Comissão “6” no sentido de quando houvesse algumas questões sobre um documento e a sua reflexão fosse aprofundada na reunião de Comissão, o Vereador seria convocado para uma reunião para prestar todos os esclarecimentos. Se fosse da opinião da Comissão que não seria possível esperar pela reunião da Comissão, o Deputado faria chegar à Assembleia Municipal todos os elementos referentes ao Plano, já no início da próxima semana. -----

----- Referiu que não faria qualquer sentido este Plano ser presente a discussão pública sem a cartografia, pois tratava-se de um suporte fundamental para a sua perceção. Disse que havia informação confidencial que não estava no Plano mas que poderia ser esclarecida aquando da reunião de Comissão.

----- **A Presidente da AMS** disse que esta matéria havia sido igualmente presente na reunião da Comissão de Líderes na qual tinha sido feita uma leitura bastante superficial face à importância do documento e que lhe parecia um Plano importante e estruturante para o Concelho e sugeriu ser um documento importante e que deveria ser feita uma apresentação aos Deputados da Assembleia

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal com a presença do Vereador e todas as Comissões. -----
----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que confirmou que essa situação tinha ficado pré-combinada aquando da realização da reunião da Comissão “6” com a realização de outra com a mesma Comissão para esclarecimento deste Plano mas que lhe parecia adequado a apresentação no âmbito de todas as Comissões e não apenas restrita à Comissão “6” e que poderia ser agendada essa reunião para a discussão global.-----
----- Interveio o **Vereador Sérgio Marcelino** que cumprimentou todos os presentes e disse que as questões colocadas pelo Deputado Lobo da Silva relativamente à necessidade da pintura das passadeiras teriam a ver com a Rua das Descobertas e Rua das Olaias na Quinta do Conde, onde houvera intervenções de repavimentação cujas passadeiras existentes ainda não teriam sido pintadas. Este facto devia-se por irem ser executadas em pedra por forma a evitar que a questão das pinturas se repetisse anualmente. --
----- Relativamente à Avenida principal, junto ao Banco, estava já prevista a execução de uma passadeira.-----
----- Sobre a questão colocada pelo Deputado Sérgio Faias, disse que a CMS acabara com os lugares de estacionamento na Rua da República devido aos desentendimentos entre a clínica, o restaurante “Golfinho” e o talho “Valada”, tendo ficado apenas um lugar destinado à farmácia para uso dos utentes.
----- Referiu que para além daquele lugar anulado por decisão da CMS, a clínica tinha três lugares de estacionamento no Largo 5 de Outubro.-----
----- Relativamente à questão colocada pelo Deputado João Valente, disse que faltava ainda a contenção da Muralha e as plataformas de acesso à praia e que muito provavelmente, este valor chegaria aos 180.000€.-----
----- O **Presidente da CMS** disse que relativamente à obra do canil municipal, apesar de ter concorrido uma empresa, não tinha sido realizada pois ao abrigo do CCP (Código dos Contratos Públicos), tinha algumas lacunas ao nível da proposta e que durante este período, a CMS estava a preparar um novo procedimento concursal até com o aumento e revisão de preço. Disse que na semana passada, a empresa então preterida havia enviado uma reclamação que estava a ser analisada pela Divisão de Assuntos Jurídicos, invocando também alguns Pareceres do tribunal de Contas e que neste momento, se fosse dada razão a esta empresa, poderia ter-se esta adjudicação por ter sido a única a concorrer.-----
----- Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse compreender ter havido um esforço para a recolha do lixo por parte da CMS mas que tinha de ser reconhecido que não era o suficiente. Referiu que o Vereador tinha dito que tinham sido gastos cerca de 300.000€ mas que se o concelho continuava com os

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

níveis de lixo existentes, significava que não estava a chegar e que era difícil gastar-se dinheiro na contratação de empresas mas que estes eram os custos necessários a ter. -----

----- Era inaceitável que as pessoas não tivessem respeito pelos outros nem por elas próprias mas que era necessário agir mais assiduamente e que lhe custava ver este problema na Quinta do Conde, na Lagoa de Albufeira, nos caminhos para o Meço e Cabo Espichel mas na verdade, a Vila de Sesimbra não poderia ter a quantidade de lixo que tinha durante os fins-de-semana e sensibilizar os comerciantes. -----

----- Para terminar, o Deputado disse ao Presidente da CMS que a CDU tinha herdado uma Câmara com uma dívida “astronómica” mas que o PSD também tinha herdado um País falido e hipotecado com uma intervenção externa e com 11% de défice, tendo sido posteriormente entregue pelo PSD com 3% e sem intervenção externa. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que ainda não tinha havido qualquer resposta por parte da CMS sobre a questão dos Boletins Municipais e gostava que a CMS se pronunciasse porque de facto, no fim-de-semana passado, tinham sido identificadas centenas de boletins municipais de uma edição especial dedicada ao ambiente, depositados nos contentores. -----

----- Relativamente à questão do estacionamento, disse que a clínica em questão era dedicada a equipamentos de radiologia e pelo que percebera, os utentes muitas vezes chegavam de maca ou de cadeira de rodas, razão pela importância desse lugar. Talvez pudesse ser feita uma permuta com outros lugares de estacionamento noutros locais pois esse lugar junto à clínica tinha muita importância para os utentes. -----

----- O **Presidente da CMS** interveio e disse que não lhe custava reconhecer que a autarquia ainda estava deficitária nesta matéria e afirmou que era uma das suas principais preocupações e que as GOP's e o Orçamento para 2018 refletiam a necessidade de reforço de meios para otimizar esta recolha de lixo, higiene e limpeza urbana como uma das prioridades. Disse que para além desse reforço, a CMS estaria a preparar uma campanha de sensibilização para todo o Concelho de Sesimbra e para os municípios sobre a indicação dos locais, sensibilização pedagógica e até para a área do comércio e serviços, nomeadamente a restauração sobre algum *modus operandi* por forma a ajudar a manter os territórios, em particular as zonas mais urbanas, com o maior índice de limpeza. Fez referência ao aumento claro das toneladas de lixo ao longo dos últimos anos e partilhou a preocupação, que faria chegar a esta Assembleia, que deveria ser de todos. Disse que já tinha conhecimento da decisão do Conselho de Administração da Amarsul daquilo que eram as propostas tarifário/tonelada para o próximo triénio, com os votos contra dos representantes do Conselho de Administração das autarquias. Desta proposta aprovada com os votos

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

favoráveis do acionista maioritário, disse que a CMS estava a pagar, atualmente, cerca de 38€/tonelada e estimava-se este aumento para cerca de 50€/tonelada em três anos. Esta proposta teria de ser validada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e felizmente, nestes últimos anos, a ERSAR tinha sido menos ostensiva que os próprios acionistas maioritários da Amarsul, significando que teria de haver um controlo da Amarsul, tendo também esta de prestar um melhor serviço. Nos últimos anos, a Amarsul havia distribuído enormes dividendos sobre os acionistas maioritários e era disso que se estava a falar, pois o que deveria ser um serviço público era um negócio, quer se quisesse, quer não.-----

----- O grande problema era que a CMS, na questão da gestão da água, existiam, por um lado, as imposições da ERSAR e por outro, por aquilo que estava previsto na Lei de Finanças Locais, tinha de haver uma recuperação de custos na ordem dos 90% dos custos de produção com os três vetores e setores de higiene urbana: água, saneamento e RSU (resíduos sólidos urbanos). A água encontrava-se dentro dessa recuperação de custos e até poderia baixar, não pela redução do tarifário mas porque o investimento poderia levar a uma maior capacidade de resposta de monitorização e menos perdas no sistema. Se a Autarquia não conseguisse justificar uma recuperação de custos na ordem dos 85%, esta assembleia e a CMS teriam de avaliar o que seria feito para recuperar este valor. Esta matéria seria presente à próxima reunião de Câmara para conhecimento e a para conhecimento a tomada de posição de todos os municípios da Península de Setúbal. -----

----- Relativamente à questão dos boletins municipais, o Presidente disse que não havia respondido anteriormente mas que tinha ficado tão ou mais surpreso do que esta Assembleia Municipal. Explicou que a CMS tinha feito um boletim e aquilo que ouvira era que estava um conjunto de boletins municipais no caixote do lixo, aparentemente todos empacotados e que a situação teria de ser aferida para se saber o que se estava a passar. Tratava-se de dinheiro público e neste momento não poderia responder mais nada. Disse desconhecer a situação e que ainda bem que tinha sido dado um alerta e teria de ser averiguado com os serviços o que se havia passado. Agradeceu que essas fotografias se fizessem chegar à Autarquia e garantidamente, esta situação seria alvo de uma avaliação interna sobre o que se passara. --

----- O Presidente disse ainda que não lhe competia fazer juízes de valor e não acreditava que não se tratara de orientações que os serviços tinham, uma vez que se estava a falar de materiais de 5 mil para um universo de 50.000 habitantes. As orientações eram para colocar estes boletins nos locais de comércio, associações e existia uma listagem com a indicação do número de exemplares a deixar em cada um dos locais. Disse não acreditar que em sítio nenhum tivesse sido indicado para deixar um maço e que não queria extrapolar mas, de facto, tratava-se de uma situação preocupante.-----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Interveio o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que relativamente à Rua da República, permitia o acesso à clínica pois não tinha muito trânsito e não havia muitos impedimentos. Disse que no RUNAS (Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo de Sesimbra), havia uma série de ruas nas quais não existiria estacionamento. Quer essa rua, quer o Largo 5 de Outubro até à zona do “Black Coffee” era pedonal e por pressão do comércio, acabaram por ser criados lugares de estacionamento, na sua opinião, em má altura, pois proliferava o estacionamento indevido. -----

----- Salientou que o processo RUNAS era complicado e que o lugar de estacionamento em questão não era para quem se deslocava à clínica, estando permanentemente ocupado pelos médicos. -----

----- Terminado este ponto, a **Presidente da AMS** deu início ao ponto seguinte: “**1ª Revisão ao Orçamento de 2018 e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos, ano 2018**”, e disse que os documentos referentes a esta matéria tinham sido rececionados na Assembleia Municipal, tendo sido imediatamente feita uma abordagem ao respetivo Coordenador de Comissão que por sua vez, entendera que se tratava de uma matéria para a qual não se justificava uma reunião de Comissão. Por esse motivo, não tinha sido feita nenhuma reunião, estando o assunto em debate nesta Assembleia. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que cumprimentou todos os presentes e disse que sempre existira a expectativa de trazer a incorporação do saldo e a primeira Revisão do Orçamento do ano de 2018 a esta Assembleia Municipal. Disse que a autarquia de Sesimbra passara de uma verba de 2.075.402,97€, das quais foi subdividido, entre as despesas correntes e de capital e onde estavam reflectidas as preocupações sentidas na AMS, ou seja, existia nas despesas correntes, uma rubrica para a limpeza da floresta e uma para a remoção dos resíduos. Disse que do valor de 1.490.000€, grande parte dessa mesma verba seria para estas situações. Referiu ainda as refeições escolares, a EDP e a Simarsul. Disse que havia obras consideradas estruturantes, para as quais estavam dotados 545.000€ e que tinham a ver com o reforço da reabilitação do Cabo Espichel (100.000€), a criação de redes pedonais e cicláveis na Quinta do Conde (100.000€), Santana-Cotovia (70.000€), Zambujal-Corredoura (90.000€) e para a eficiência energética nos edifícios dos equipamentos desportivos (50.000€), nos espaços operacionais (75.000€) e nos espaços públicos (100.000€). Era pedida autorização para a realização desta Revisão e para a incorporação destes valores no Orçamento já trazido à Assembleia Municipal. -----

----- Após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento de 2018 e a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos, ano de 2018, conforme consta no respetivo processo. -----

Ata nº10 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Para terminar, a Presidente da AMS expressou o agradecimento a todos os colegas pela forma como haviam cooperado na disciplina dos tempos e que tinha sido dado um contributo de aproximação com do objetivo de melhor servir e melhor funcionamento. Transmitiu que o presidente da CMS já tinha feito a diligência de enviar, para a Assembleia Municipal, documentos referidos esta noite.-----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

----- Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e quarenta minutos do dia 16 de junho de 2018.-----

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----